

Fernando Pessoa – germanófilo ou aliadófilo?

Um debate com João de Barros que não veio a público

José Barreto*

Keywords

Fernando Pessoa, João de Barros, Teixeira de Pascoaes, António Sérgio, Portuguese intellectuals, World War I, interventionism, neutrality, Germanophilia, Francophilia, Anglophilia.

Abstract

During the first years of the First World War, Portuguese political life was concentrated around the dramatic option between military intervention next to the Allied and neutrality. The debate had an effect on the intellectual life, resulting in the support several writers openly gave to the Allies. Fernando Pessoa tried to raise controversy with a text that defended a “spiritual solidarity” with Germany, which he ended up not publishing. This article goes through the positions of Pessoa confronted with those of João de Barros, Teixeira de Pascoaes, António Sérgio and other renown intellectuals.

Palavras-chave

Fernando Pessoa, João de Barros, Teixeira de Pascoaes, António Sérgio, intelectuais portugueses, Primeira Guerra Mundial, intervencionismo, neutralismo, germanofilia, francofilia, anglofilia.

Resumo

Nos anos iniciais da Primeira Guerra Mundial, a vida política portuguesa esteve centrada na dramática opção entre a intervenção militar ao lado dos Aliados e a neutralidade. O debate repercutiu-se nos meios intelectuais, dando azo a tomadas de posição públicas de vários escritores em apoio dos Aliados. Fernando Pessoa pretendeu suscitar polémica com um texto em que defendia a “solidariedade espiritual” com a Alemanha, que acabou por não publicar. Este artigo passa em revista as posições de Pessoa em confronto com as de João de Barros, Teixeira de Pascoaes, António Sérgio e outros destacados intelectuais.

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL).

Pretende-se aqui historiar uma polémica que não chegou a ter lugar entre Fernando Pessoa, um obscuro poeta que em 1915 começava a fazer falar de si, e que, embora poucos o soubessem, era um defensor da neutralidade portuguesa na Grande Guerra e se declarava, entre outras coisas, germanófilo, e o eminente escritor, pedagogo e político republicano João de Barros, apoiante da intervenção portuguesa na guerra e autor, no referido ano, de um apelo aos escritores portugueses para que manifestassem a sua solidariedade com a França e os aliados.¹ Desse debate que Pessoa desejou iniciar, mas que, de facto, não veio a público, temos apenas conhecimento por textos conservados no espólio pessoano e que, como tais, nenhuma repercussão tiveram no seu tempo. A este respeito, Georg Rudolf Lind, o grande estudioso da obra de Pessoa e seu divulgador na Alemanha, escreveu em 1972, num artigo intitulado “Fernando Pessoa perante a Primeira Guerra Mundial”, que “o testemunho moral dum grande autor convém ser ouvido, mesmo que não exerça qualquer influência imediata nos acontecimentos” (1981: 426). É sabido que muitos dos debates que Pessoa manteve com os seus contemporâneos só foram mediados pela posteridade.

1. Pessoa polemista político em 1915

1915 foi o ano da revista *Orpheu* e, por via dela, da consagração pública do poeta Fernando Pessoa. Nesse ano, Pessoa esteve muito activo e mostrou também notável inclinação para a polémica política. As suas “Crónicas da vida que passa”, publicadas em Abril no diário *O Jornal*, anunciavam já essa veia polemizante, nomeadamente na última, em que Pessoa troçava dos monárquicos, então em vias de organizarem em Lisboa os seus primeiros centros sob a Primeira República. O escrito sarcástico valeu-lhe um conflito com o director do jornal, Boavida Portugal, que por isso prescindiu da sua futura colaboração, acusando-o de “grosserias” (cf. Pessoa, 2011: 57-60 e 99-102).

De 25 de Janeiro a 14 de Maio desse ano de 1915 Portugal foi governado em ditadura pelo general Pimenta de Castro que, apoiado pelos republicanos conservadores, pôs em prática uma política de abertura aos monárquicos e aos católicos e defendeu uma linha não intervencionista na guerra europeia. Em Maio, na efémera revista republicana *Eh Real!*, dirigida pelo Democrático João Camoesas, Pessoa publicou um pequeno ensaio crítico intitulado “O Preconceito da Ordem”, visando as teses dos “neo-monárquicos”, isto é, as doutrinas maurrasianas da Action Française e, por tabela, as dos seus discípulos portugueses do Integralismo Lusitano, que por essa mesma altura faziam a sua apresentação pública em Lisboa,

¹ Esta é uma versão desenvolvida da comunicação “Fernando Pessoa – germanófilo ou aliadófilo?”, apresentada no colóquio “A Primeira Guerra Mundial: Fractura Exposta e Consolidação Viciosa (1914-2014)”, a convite do Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a 30 de Setembro de 2014.

com uma série de conferências da Liga Naval sob o tema “A Questão Ibérica”. No mesmo número único da *Eh Real!*, Pessoa publicava também, anonimamente, uma nota irónica contra o ditador Pimenta de Castro, na véspera do derrube do seu governo, acusando-o de, a pretexto de consolidar a República, estar de facto a caminhar para a restauração monárquica.²

Em Maio-Junho Pessoa projectou redigir um opúsculo sobre a revolução de 14 de Maio, com o título “14 de Maio: comentários a uma vitória da plebe”, que não chegou a concluir.³ O 14 de Maio foi a revolução particularmente sangrenta que depôs a ditadura de Pimenta de Castro, resultando em mais de uma centena de mortos e um milhar de feridos, a maioria deles na cidade de Lisboa. Esse acontecimento foi um momento chave no percurso político de Pessoa. O conteúdo hipercrítico e o tom violento dos textos preparatórios dessa obra projectada por Pessoa fazem pensar que o autor teria arranjado problemas se a tivesse publicado, dado o clima político extremado e a euforia republicana que se seguiu ao triunfo da sublevação armada. Nesses textos fragmentários Pessoa acusava de “cadastrados” os revolucionários civis que tinham lutado de armas na mão em defesa da República e elogiava o ditador derrubado Pimenta de Castro – que, apenas um mês antes, Pessoa tinha atacado na revista *Eh Real!*.

Na primeira semana de Julho, deu-se o conhecido caso da carta de Álvaro de Campos ao vespertino republicano *A Capital*, em defesa do *Orpheu*, que fora alvo de repetidas troças daquele jornal. Pessoa, isto é, Álvaro de Campos terminava a carta, toda redigida em tom irónico, parecendo regozijar-se pelo grave acidente sofrido dias antes por Afonso Costa, gesto que provocou reacções de indignação que podiam ter custado caro ao seu autor e que, possivelmente, contribuíram para o fim da própria revista *Orpheu*, dada a veemente condenação pública do teor da carta por quase todos os que nela colaboravam. O líder Democrático tinha sofrido um traumatismo craniano ao saltar pela janela de um eléctrico em andamento e tinha ficado entre a vida e a morte (ver Pessoa, 2014: 533-541). Afonso Costa era então o grande paladino da intervenção portuguesa na guerra europeia, o chefe do “partido da guerra”, como era apodado pelos neutralistas. Pessoa era um defensor da neutralidade.

Pouco depois deste incidente, Pessoa tencionou polemizar publicamente com o escritor e alto-funcionário republicano João de Barros, que publicara no jornal *O Mundo*, dirigido pelo Democrático França Borges, um apelo aos escritores e artistas portugueses para que saíssem do seu silêncio perante a guerra europeia e manifestassem colectivamente a sua solidariedade para com a França e os Aliados.

² Trata-se de um conhecido *suelto* publicado na rubrica “Comentários” de *Eh Real!* (1915: 16).

³ O título do projecto aparece nas folhas com cota BNP/E3, 12¹-10^r (ver aqui [Fig. 1](#)) e 92J-47^r. Um manuscrito de quatro páginas sobre o 14 de Maio de 1915 (BNP/E3, 99 a 100), de um conjunto sobre o mesmo tema que contém ainda cerca de meia centena de páginas inéditas, foi publicado em *Pessoa Inédito* (Lopes, 1993: 345-347).

Pessoa opunha-se a essa posição, considerando que a solidariedade espiritual dos intelectuais portugueses deveria antes estar com a Alemanha. O escrito ficou aparentemente inacabado. Adiante voltaremos mais detidamente a este apelo de João Barros e à resposta de Fernando Pessoa.

Em Agosto do mesmo ano de 1915 Pessoa pretendeu ainda publicar a “Carta a um herói estúpido”, um panfleto que, novamente, não concluiu (Pessoa, 2010).⁴ Era outro ataque violento, desta vez a uma figura militar conotada com as posições pró-guerra do Partido Democrático. O “herói estúpido” era o tenente Aragão, então dito “o herói de Naulila”, que se notabilizara na defesa do Sul de Angola contra as incursões alemãs, ocorridas nos finais de 1914. Em Agosto de 1915, no seu regresso a Portugal de sete meses de cativo, após ter sido julgado morto em combate, Aragão foi alvo de grandes homenagens públicas. Pessoa, sem deixar de reconhecer a valentia do soldado, insurgiu-se contra as críticas que ele formulara ao governo de Pimenta de Castro (derrubado em Maio) e, sobretudo, contra o grito “Viva a República! Viva a guerra!” que o tenente Aragão proferira da janela do Ministério do Interior, no meio dos aplausos da multidão reunida no Terreiro do Paço. Um simples soldado, embora herói, não tinha que se meter em assuntos políticos ou em matérias que “só a um sociólogo” competiam – sustentava Pessoa (2010: 23-24). O ataque ao “herói estúpido” resvalava ainda para uma série de insultos a Afonso Costa, chamando-lhe “esse tacanho sub-Clemenceau”. Pessoa também não perdeu a oportunidade de vituperar o falecido rei D. Carlos, tratando-o de “ignóbil figura” [...] que o diabo guarde” (2010: 18-19).

Assim, no decurso de 1915, como se pode constatar deste rol não exaustivo, os monárquicos, a ditadura de Pimenta de Castro, os integralistas lusitanos, os republicanos vencedores da revolução de 14 de Maio, o chefe Democrático Afonso Costa, o escritor e alto-funcionário republicano João de Barros, o “herói de Naulila” Francisco Aragão, o falecido rei D. Carlos, a extinta Monarquia e a República vigente – todos foram sucessivamente alvos da crítica ou do ataque feroz de Fernando Pessoa. Na sua maioria, porém, estes escritos recolheram à arca, sem serem concluídos.

À primeira vista, não parece fácil descortinar nesta série de ataques uma linha coerente de pensamento. Pessoa reagia geralmente aos acontecimentos com opiniões provocatórias e pontos de vista pessoalíssimos, alternando por vezes entre uma posição e o seu aparente contrário, como no caso da ditadura de Pimenta de Castro. Na primeira das suas “Crónicas da vida que passa” Pessoa fizera, de resto, o elogio modernista da incoerência e da falta de certezas e convicções. Com boa dose de intuito provocatório, escreveu aí:

Uma criatura de nervos modernos, de inteligência sem cortinas, de sensibilidade acordada, tem a obrigação cerebral de mudar de opinião e de certeza várias vezes no mesmo dia.

⁴ Uma primeira edição dos textos relativos a essa obra foi feita em Pessoa (1979: 191-212).

Deve ter, não crenças religiosas, opiniões políticas, predilecções literárias, mas sensações religiosas, impressões políticas, impulsos de admiração literária.

(Pessoa, 2011: 35)

Mas não podemos levar à letra este dito. Na verdade, a razão por que Pessoa criticou Pimenta de Castro em Maio não colidia com a razão por que o elogiou em Junho. Numa circunstância política precisa, Pessoa criticou a cedência do governo de Pimenta de Castro às forças da restauração monárquica; noutra circunstância precisa, defendeu a política de neutralidade do seu governo. No primeiro caso, Pessoa defendia a República, no segundo caso opunha-se à participação portuguesa na guerra. Pessoa recusava por sistema tomar partido por qualquer das diversas correntes de opinião organizadas, maioritárias ou minoritárias, que existiam em Portugal. Certamente que as suas ideias, quando publicadas, agradariam mais a uns do que a outros, mas esses uns e outros não eram sempre os mesmos. Se foi frequentemente acusado, em vida e postumamente, de contraditório ou incoerente isso deveu-se, por um lado, ao seu inegável gosto pelo paradoxo, mas que nele era mais uma forma de expressão do que um conteúdo contraditório. O que em Pessoa parece incoerência reflecte, bastantes vezes, o carácter singularmente independente e atípico do seu pensamento no panorama português da época – independente, mas não indiferente, atípico, mas não inclassificável. Outras vezes a “incoerência” é o produto de uma mudança de opinião. Sobre a guerra europeia, Pessoa mudará várias vezes de posição, por vezes em diálogo com os seus heterónimos, criticando, por exemplo, aspectos da argumentação de António Mora.⁵ Num balanço da guerra feito mais tarde, por volta de 1924, dando a palavra a Alvaro de Campos, escreverá: «Coisa mais ignóbil e mais baixa que a guerra Europeia nunca se viu. Foi a disputa entre o lixo e o estrume. Provou-se, no fim, que ambos cheiravam mal. Mas não era preciso morrer tanta gente para se saber o que o nariz dissera antes dos factos» (Pessoa, 2014: 558 e 715).

2. O apelo de João de Barros aos escritores portugueses

O problema da atitude a tomar por Portugal na guerra europeia, intervenção ou neutralidade, foi a magna questão política do país durante o segundo semestre de 1914 e todo o ano de 1915. Já em Outubro de 1914 eclodira uma revolta militar em Mafra, declarando-se os oficiais monárquicos seus inspiradores contrários à intervenção de Portugal na guerra.⁶ Os monárquicos, que teriam razões para ser aliadófilos, estavam na realidade divididos nessa questão, mas aproveitavam todas as oportunidades para desestabilizar a República, sendo essa a razão principal,

⁵ Ver BNP/E3, 121-3r, “Resposta a Ant[onio] Mora”, e 55A-92 e 93r, “A Guerra. I (resposta a Antonio Móra)”, publicados em Pessoa (2002: 381-383).

⁶ Rosas e Rollo (2009: 115) e Meneses (2000: 52).

segundo alguns historiadores, da sua oposição à corrente intervencionista liderada pelo Partido Democrático: “A maioria dos monárquicos encarou a guerra como uma oportunidade única para atacar o Partido Democrático e o próprio regime republicano” (Meneses, 2000: 58). O próprio rei exilado D. Manuel II lamentava, de Londres, a posição dos monárquicos portugueses, chamando-lhes “germanófilos” – ainda que eles fossem apenas anti-intervencionistas e, sobretudo, anti-republicanos. O chamado “Movimento das Espadas”, em Janeiro de 1915, uma aparente reacção corporativa militar ao alegado domínio político exercido por elementos do Partido Democrático no seio Exército, tinha realmente por detrás dela a oposição de um sector do oficialato à intervenção portuguesa na guerra (Rosas e Rollo, 2009: 116; Meneses, 2000: 52). Do “Movimento das Espadas”, que congregou oficiais monárquicos com alguns republicanos radicais, como Machado Santos, acabaria por sair uma crise governamental, que o Presidente Arriaga resolveu demitindo o ministério Democrático e dando posse a um governo dito “ditatorial”, ou seja, não sancionado pelo parlamento, chefiado pelo general Pimenta de Castro. O derrube sangrento da ditadura de Pimenta de Castro em 14 de Maio de 1915 trouxe de novo ao poder os Democráticos e, com eles, em Novembro desse ano, um governo presidido pelo líder do “partido da guerra”, Afonso Costa, já restabelecido do seu acidente. Em Março de 1916 o país entraria de facto, pela mão de Afonso Costa, no conflito europeu, após o confisco, a pedido dos ingleses, dos navios alemães estacionados nos portos nacionais e a consequente declaração de guerra da Alemanha a Portugal.

O pedagogo, poeta e publicista João de Barros foi, durante a Primeira República, um alto funcionário do Ministério da Instrução, desempenhando sucessivamente as funções de director-geral do ensino primário, director-geral do ensino secundário e secretário-geral do ministério.⁷ Nessas funções revelou-se como o grande paladino da instrução e da educação republicana. Era membro do Partido Republicano Português, depois dito Partido Democrático, e apoiava a participação portuguesa na guerra ao lado da França e, consequentemente, dos aliados. O artigo que João de Barros publicou na edição de *O Mundo* de 10 de Julho de 1915 (ver aqui Documentos, n.º 3), na declarada qualidade de poeta e de patriota, intitulava-se “Os escritores portugueses e a guerra” e ocupava as colunas centrais da primeira página, ao lado de uma notícia que, em grandes parangonas, dava conta das melhoras e do estado “animador” de Afonso Costa. Tudo naquele momento parecia começar a conjugar-se, depois do triunfo da revolução de 14 de Maio e das maiorias absolutas (Câmara dos Deputados e Senado) conseguidas pelos Democráticos nas eleições legislativas de Junho, para que os apoiantes da intervenção portuguesa na guerra levassem por diante as suas intenções. Nesse cenário, todavia, uma coisa preocupava sumamente João de Barros: o silêncio da intelectualidade portuguesa perante o conflito europeu. De facto, naquele

⁷ João de Barros seria também brevemente, em 1924-25, ministro dos Negócios Estrangeiros.

momento – com algumas excepções, como Jaime Cortesão, Raul Proença ou Teixeira de Pascoaes, que desde 1914 tinham tomado clara posição pelos aliados – os escritores e artistas portugueses, com quase um ano passado sobre o início da guerra, pareciam ainda preferir alhear-se ou não tomar posição. Ora, dizia João de Barros, “é pelo menos estranho que os naturais mestres e orientadores da opinião só respondam à ansiedade pública com incerteza, silêncio e receio”.

Não se estava perante um conflito qualquer, argumentava João de Barros, precisando: “São duas civilizações antagónicas que se digladiam, tendo como mentoras supremas de um lado a França, do outro lado a Alemanha. Quer dizer: de um lado os latinos, do outro os germanos”. O que estaria em causa seria a “pura defesa do ideal latino, da alma latina, da sensibilidade latina, do sonho latino”. Algo de muito semelhante fora já defendido por Teixeira de Pascoaes num artigo publicado na *Águia*, em Dezembro de 1914, com uma visão fortemente maniqueísta (ver aqui Documentos, n.º 1). Segundo ele, na guerra europeia “duas almas se digladiam: a celto-romana e a germânica”. Não eram imperialismos comerciais, industriais e militares que se batiam, segundo Pascoaes, mas sim duas civilizações. A alma celto-romana era “a representante actual da civilização greco-judaica, firmada no culto enternecido da Beleza, da Justiça amorável, da lei por todos consentida; a benéfica e fraterna civilização cristã” (adiante chama-lhe também “civilização latina”). A alma germânica – dizia Pascoaes – representava uma civilização assente em princípios totalmente diversos, pois teria sido criada por “um povo de carácter violento e exclusivista, que repelia os princípios de simpatia e fraternidade”, construindo a sua obra pela força “sobre a ruína dos outros povos”. A civilização germânica era hostil às outras civilizações “porque a raça que a representa, dominada por um infinito orgulho, convenceu-se de que tinha um destino mundial a cumprir, como os romanos de outrora”. Dando-se conta da contradição em que estava a cair, pois acabara de definir a “boa” civilização, a cristã, como “celto-romana”, Pascoaes elogiava então o Império romano: os romanos, diz, “comungando a luz da Grécia, levaram a arder na ponta das suas lanças um divino reflexo de Apolo”. Os romanos “tinham, na verdade, uma alta missão a realizar”. Roma, “sabendo aprender o que de belo e grande surgia no mundo, a luz da Grécia primeiro e a luz cristã depois, tornou útil o seu predomínio à Humanidade. E por isso venceu e dominou”. Ora o Império Alemão não possuía “uma nova civilização imprescindível ao mundo”, apenas se limitava a negar o que a civilização latina afirmava. “A alma latina acredita em Deus? Pois bem! A Alemanha acredita no Demónio!”. E adiante Pascoaes comparava os alemães às hordas muçulmanas: “A Alemanha aparece no meio das nações da Europa, que trabalham em harmonia para um mesmo fim superior, semelhante a um povo estranho, irrompendo de outro continente, assolando e destruindo, como os mouros na Idade Média”.

A neutralidade que o Estado português mantinha desde o princípio da conflagração era descrita por João de Barros, no seu apelo aos escritores portugueses, como uma neutralidade assumida “com vergonha”, uma vez que o país se achava realmente “integrado na civilização latina, vivendo nela e por ela vivendo”. Essa neutralidade era, além disso, incompreensível por outra razão: o exército português não partira a defender os aliados nos campos de batalha da Europa, mas estava a ser obrigado a defender-se das investidas alemãs em Angola e Moçambique, onde já muitos soldados portugueses tinham perdido a vida. O povo, assegurava João de Barros, estava pelos aliados e já se manifestara por eles nas ruas de Lisboa. Alguns dos “mais notáveis políticos” também (provável alusão a Afonso Costa e João Chagas). Mas não o teriam feito, segundo Barros, “nenhum dos nossos grandes escritores, nenhum dos nossos grandes poetas, nenhum dos nossos grandes artistas”. “Nem mesmo Junqueiro, o épico genial da *Pátria*” – observava João de Barros – “disse aquelas palavras de forte e largo voo que sempre soube dizer nas horas de sofrimento colectivo ou de ansiedade cívica, para consolação e glória dos seus compatriotas”.⁸ E continuava: “Os novos também não se manifestaram: das quatro ou cinco revistas literárias e artísticas que existem em Portugal, nenhuma delas tomou a iniciativa de um movimento intelectual em que o nosso amor pela França e pela causa que ela defende ressaltasse com entusiasmo e paixão”. Embora a literatura e a arte portuguesas sempre tivessem recebido de França a sua educação e os seus melhores ensinamentos, não houvera ainda em Portugal a favor da França, constatava João de Barros, “uma única manifestação *colectiva* dos representante mais legítimos dessa educação e desses ensinamentos”. Ora, se o Estado português não tinha ainda podido “definir a sua atitude guerreira em face da guerra”, os intelectuais poderiam, ao menos, definir a sua “atitude de pensamento e sensibilidade em face do conflito de civilizações que essa mesma guerra exterioriza”. Barros propunha de seguida a criação, a exemplo do que se tinha feito noutros países, de uma Liga pelos Aliados, à qual certamente não deixariam de aderir muitas das individualidades de valor reconhecido das letras e das artes. E vá de enumerar alguns nomes, como em desafio: Guerra Junqueiro, Lopes de Mendonça, José Caldas, Afonso Lopes Vieira, Júlio Dantas, Augusto Gil, Manuel de Sousa Pinto, António Arroio, Júlio Brandão, José de Figueiredo e Teixeira de Pascoaes. Nenhum deles teria certamente, vaticinava Barros, “a menor hesitação em afirmar que sabe e não esquece quanto deve á França, ao seu génio, à sua disciplina mental, às suas inovações estéticas, à sua perpétua vibração de progresso e de beleza”. Era seguramente lícito, acrescentava Barros, “admirar a Alemanha e o seu incontestável desenvolvimento e poderio”, mas seria “um crime corromper ou macular a harmonia das nossas tradições e da nossa existência

⁸ Em 1916, Guerra Junqueiro saíria do seu silêncio, publicando *Edith Cavell* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1916), uma homenagem a uma enfermeira inglesa executada pelos alemães. Em 1918, publicou *O Monstro Alemão – Átila e Joana d’Arc* (Porto: Junta Patriótica do Norte, 1918).

colectiva com a adesão a essa cultura inacessível à nossa sensibilidade, porque se exprime só por duas palavras, decerto belas: *método* e *disciplina*; enquanto que a nossa [cultura] se condensa noutras palavras ainda mais belas e em que as duas primeiras afinal se contêm: sinceridade, ternura, amor...”

Era, pois, com retórica deste jaez que João de Barros pretendia sensibilizar e mobilizar a elite pensante. Partidário da intervenção portuguesa, mas declarando não pretender criticar ou discutir a decisão das instâncias políticas portuguesas, que até àquele momento tinham mantido o país fora do conflito, João de Barros estimava de modo transparente, embora o não declarasse expressamente, que era primeiramente indispensável construir um movimento de opinião da elite culta que facilitasse uma futura decisão política no sentido da entrada do país na guerra. Na preparação da opinião pública em geral para essa decisão, os grandes vultos das letras e das artes portuguesas tinham obviamente para João de Barros um papel essencial. E a escolha por ele da França, e apenas da França, suposta representante do hipotético “ideal latino”, para figurar no seu discurso como merecedora da solidariedade dos intelectuais portugueses – não dizendo uma única palavra sobre a Inglaterra, a velha aliada de Portugal – prendia-se também com esse propósito de mobilizar os escritores e artistas portugueses, tradicionalmente mais ligados à cultura francesa. Mas como podia o apelo de Barros, centrado sobre a defesa da “civilização latina”, ignorar completamente a Inglaterra, quando era dos deveres para com a velha aliada de Portugal que se falava principalmente, de par com a defesa das colónias portuguesas, no debate político entre guerristas e anti-guerristas? Um intelectual como António Sérgio exprimira já, nas páginas de *A Águia*, uma opinião sobre a guerra europeia bem diferente da de João de Barros ou de Pascoaes: “Nesta luta, cuja nota fundamental é a rivalidade de dois germânicos impérios, a Alemanha e a Inglaterra; onde se reconhece em segundo lugar o embate dos povos eslavos com os austro-alemães; e onde a chamada nação latina entra como Pilatos entrou no *credo* [...]” (ver aqui Documentos, n.º 2). Em lugar de falar de um conflito de civilizações, Sérgio acentuava “o facto evidentíssimo de que foram os interesses económicos que propeliram à carnificina” (Docs., n.º 2). Do modo algo semelhante pensava, aliás, Raul Proença, que em 1916 escreveria em *A Águia*, contestando a ideia de que na guerra qualquer nação europeia estivesse a combater pela Liberdade e pela Justiça: “Esta guerra é, essencialmente, uma guerra económica”, embora depois introduzisse uma *nuance*, citando um seu artigo de 1914: “Se há nesta guerra [...] quanto aos intuitos e causas iniciais, uma luta entre dois grandes sistemas de interesses, e não há mais nada, há, quanto aos resultados, uma verdadeira luta entre duas civilizações antagónicas – uma democrática, progressiva, antimilitarista, outra imperialista, medieval, caserneira” (Proença, 1916: 122-123).

3. A resposta de Fernando Pessoa a João de Barros

Há no artigo de João de Barros vários aspectos que visivelmente estimularam Fernando Pessoa a responder-lhe. O menor deles não terá sido a crítica feita ao silêncio dos “novos”, grupo em que Pessoa, com 27 anos, obviamente se incluía, apesar de João de Barros não ter nomeado ninguém. Outro aspecto que interpelou Pessoa foi certamente a crítica feita às “quatro ou cinco revistas literárias e artísticas” então existentes em Portugal, pelo facto de nenhuma delas ter tomado a iniciativa de um movimento de solidariedade para com a França e os aliados. Como director do *Orpheu*, cujo segundo número fora publicado duas semanas antes, Pessoa sentia-se no direito de replicar e expor a sua posição, que era oposta à de João de Barros. Mas outros temas abordados no artigo de Barros o terão incentivado a responder-lhe, porque foram também objecto de numerosos escritos que Pessoa produziu nesse ano, tal como no anterior e nos seguintes, sobre a guerra europeia, a Alemanha, a chamada civilização alemã, a germanofilia, a chamada civilização latina, os aliados, a Inglaterra, a França, etc. Esses escritos correspondiam a projectos coevos de Pessoa como “Dissertação a favor da Alemanha”, com autoria atribuída a António Mora⁹, “Templo de Jano”¹⁰, “A Guerra Alemã – Investigação sociológica da sua origem e sentido”¹¹ ou ainda o manifesto do “Atlantismo” (Pessoa, 2009: 133-140) – projectos que se pensa datarem todos de 1914-1915. Um dos aspectos mais focados nesses textos era o do papel histórico ou “missão” da Alemanha naquilo a que Pessoa chamava a

⁹ Os textos respectivos foram publicados em Pessoa (2002: 345-366), omitindo porém um, sob a epígrafe curta “Dissertação”, que foi publicado em Pessoa (1980: 223-227).

¹⁰ Sob a epígrafe “Templo de Jano” ou “Temple of Janus” existem no espólio pessoano (cota 55B, principalmente) uma diversidade de textos correspondendo a, pelo menos, cinco projectos claramente distintos: 1) uma “Introdução ao estudo das ilusões” (BNP/E3, 55B-13); 2) um estudo sobre uma dezena de “conflitos”, como os existentes entre o sentimento e a inteligência, o instinto e a razão, o indivíduo e a sociedade, a democracia e a aristocracia, etc. (BNP/E3, 55B-15^r); 3) um “reportório de contraditas”, incidindo sobre tópicos como “A ignorância é que é a inocência”, a “Não existência do rei casto”, “O dogma da não-existência de Deus” (BNP/E3, 55B-18^r); 4) um estudo de treze capítulos sobre os vários tipos de “preconceitos” – biológico, psicológico, militar, religioso, racionalista, humanitário, moral, feminista, reformista, etc. (BNP/E3, 55B-19); 5) enfim, um projecto que também aparece com o subtítulo “Considerations in a Time of War” (BNP/E3, 55B-59^r), relativo a um estudo ou conjunto de “cartas” sobre a civilização ocidental, a guerra então em curso e o papel nela da Alemanha, esquema que apresenta também conexões com projectos plausivelmente posteriores de António Mora (“O Regresso dos Deuses”, temática do paganismo e neopaganismo, etc.) Os diferentes textos que compõem este conjunto foram publicados pela primeira vez em *Pessoa Inédito* (Lopes, 1993: 279-305), com a indicação, a nosso ver errada, de que se trataria de “um projecto” e “uma obra” com sucessivos (sub)títulos, resultante de uma reelaboração ou aperfeiçoamento do conteúdo (1993: 101-102 e 279 nota), e não de cinco projectos perfeitamente autónomos, ainda que todos sob a epígrafe “Templo de Jano”.

¹¹ BNP/E3, 55A-75^r (ou, em inglês, 55G-68^r). Este e vários outros textos sob a epígrafe “A Guerra Alemã”, “German War”, “Alemanha e a Guerra”, etc. foram publicados em Pessoa (1980: 197-247).

renascença ou reconstrução do paganismo. O anticatólico e anticristão Pessoa, delegando ou não em António Mora, sustentava em 1915 que na guerra europeia, que via como uma “guerra fundamentalmente religiosa”, se defrontavam as forças do cristianismo decadente, representado pelos aliados, e as forças do renascente espírito pagão, representado pelos alemães.¹² Compare-se esta argumentação com as teses, acima referidas, de João de Barros, Teixeira de Pascoaes, António Sérgio e Raul Proença.

Também as leituras de Pessoa nesse preciso período indiciam forte interesse pela Alemanha e pela sua atitude na guerra.¹³ Pessoa leu igualmente, e comentou, achando-o “fraco”, o “Apelo ao mundo civilizado”¹⁴, também conhecido por “Manifesto dos intelectuais alemães” ou “Manifesto dos 93”, publicado em 1914 por 93 escritores, professores, cientistas (entre os quais nove prémios Nobel), artistas, músicos, teólogos, economistas e juristas alemães em apoio da guerra e da invasão da Bélgica.¹⁵

Num parêntese refira-se que Fernando Pessoa, Álvaro de Campos, Ricardo Reis e Alberto Caeiro escreveram um número indeterminado de poemas, talvez duas dezenas, sobre o tema da guerra, parte deles em 1915-1917. Neles o autor aparece sempre não como um ideólogo ou um pensador político, mas como alguém imparcial e “comovido com os sofrimentos inúteis dos povos e dos indivíduos”. Esta apreciação é de Georg Rudolf Lind, no seu já aqui citado artigo de 1972 em que se debruçou sobre apenas oito desses poemas (1981: 445-447). Desde esse estudo pioneiro, outros poemas e fragmentos de poemas sobre a guerra surgiram da arca pessoana, com matéria suficiente para novos estudos sobre o

¹² “No fundo esta guerra, como todas as grandes guerras, é uma guerra religiosa. Digladiam-se, pela primeira vez, claramente, na civilização moderna, as forças pagãs renascentes e as forças cristãs da decadência”. Ver BNP/E3, 55A-78r, sob a epígrafe “Alemanha e a Guerra presente | Cap[ítulo] A Guerra Presente”, publicado em Pessoa (1980: 231-232).

¹³ Além de outros livros de 1914-1915 sobre a Alemanha, a família imperial dos Hohenzollern, etc., Pessoa leu atentamente e comentou os livros de Joseph McCabe, *Treitschke and the Great War* (London: T. Fisher Unwin, 1914), uma crítica inglesa ao grande inspirador oitocentista da política belicista, expansionista e racista alemã do século XX, Heinrich von Treitschke, que Pessoa admirava e citava frequentemente; de John Cowper Powis, *The Menace of German Culture* (London: W. Rider & Son, 1915), de cujos argumentos Pessoa discordou; e de Émile Boutroux, *L’Allemagne et la guerre* (Paris: Berger-Levrault, 1915), que Pessoa (ou Mora) também criticou.

¹⁴ “Aufruf an die Kulturwelt”, manifesto datado de 4 de Outubro de 1914.

¹⁵ Este manifesto foi brevemente comentado por Pessoa em BNP/E3, 121-64r (ver aqui [Fig. 2](#)), transcrito pela primeira vez em Pessoa (2002: 361). O “Manifesto dos 93” foi seguido por outros dois com o mesmo fim, um assinado por vinte e dois reitores de universidades alemãs e outro por mais de três mil professores universitários. O apoio dos intelectuais alemães à guerra foi um aspecto muito importante da propaganda belicista da Alemanha durante a Grande Guerra. A Academia das Ciências de Lisboa, presidida por Teófilo Braga, publicou ainda em 1914 uma resposta em francês ao manifesto dos intelectuais alemães, que considerou “miserável e nefasto” (*Aux Académies et aux universités des nations civilisées, à propos du manifeste des intellectuels allemands*. Lisboa: Academia das Ciências, 1914).

mesmo tema. Não nos ocupamos deste assunto aqui, mas sim do pensamento político ou sociológico de Fernando Pessoa sobre a guerra. Foi, no entanto, com alguma surpresa que cotejámos essa poesia com as prosas pessoanas sobre a Grande Guerra. O poeta Fernando Pessoa preocupa-se com a dor humana, com as vítimas inocentes que a guerra faz, com o absurdo das mortes vãs e com a monstruosa desumanidade que a guerra desperta nos homens. Tenhamos em mente trechos da “Ode Marcial” de Álvaro de Campos ou os poemas do ortónimo como “O menino de sua mãe” e “Tomámos a vila depois de um intenso bombardeamento”.¹⁶ Alberto Caeiro, por sua vez, condena expressamente a guerra, todas as guerras, num poema caracteristicamente pacifista, “A guerra, que aflige com seus esquadrões o mundo...” (Pessoa, 1994: 142)¹⁷. Ora o pensador e ensaísta Fernando Pessoa nunca se preocupa com esses aspectos. Defende o direito da força, porque – diz – não há nem pode haver um tribunal que julgue as nações ou os Estados.¹⁸ A Bélgica mártir não lhe inspira compaixão, porque a Bélgica seria “um Estado absurdo”, sem razões para existir.¹⁹ Quanto aos gases asfixiantes usados pelos alemães, justifica-os: “Repare-se que a Alemanha luta pela vida, com tudo contra si...” (in Pizarro, 2006: 107).²⁰ Num texto a que adiante voltaremos, Pessoa chama mesmo à Alemanha “glorioso império construído a sangue e fogo, glorioso de dureza e impassibilidade”. Para o pensador Pessoa, a guerra é matéria de reflexão racional, que ele diz pretender analisar com a frieza de um sociólogo, sem cedências a sentimentos humanitários nem *partis pris* patrióticos. “Escrevo como se não tivesse alma, mas apenas pensamento” – faz dizer Pessoa a António Mora na “Dissertação a favor da Alemanha” (BNP/E3, 28-18^r, ver aqui [Fig. 3](#)). Nesse quadro, os sentimentos, as ideias humanitárias ou o pacifismo desinteressam a Pessoa, que só os considera, eventualmente, como objectos de análise crítica. À diferença de outros poetas modernistas europeus, Pessoa nunca fez poesia belicista ou exaltadora da guerra²¹, mas na prosa ensaística que

¹⁶ A “Ode Marcial”, atribuída a Álvaro de Campos e deixada inédita, é datável de 1914-1915 – ver Pessoa (2014: 152-163 e 620-625). Os outros dois poemas foram publicados apenas na década de 1920 (Pessoa, 1926 e 1929), mas Lind (1981: 440) sustenta que foram escritos durante a Grande Guerra. Tal hipótese não se confirma, já que pelo menos o poema “Tomámos a vila depois de um intenso bombardeamento” está datado no original manuscrito de 21-6-1929 (BNP/E3, 118-57^r).

¹⁷ Datado de 24 de Outubro de 1917.

¹⁸ Num acrescento manuscrito à segunda versão da resposta a João de Barros (BNP/E3, 135-20^r).

¹⁹ Ver “Argumentos a favor da germanofilia” (BNP/E3, 144X-12^v a 14^v), publicado em Pizarro (2006: 105-107).

²⁰ Opinião semelhante foi então expressa por Júlio Dantas. Falando sobre os gases de cloro usados como arma pelos alemães, escreveu: “Um povo como o alemão, quando joga, numa cartada suprema, o seu destino e a sua vida, não pode escolher, generosamente, os processos de extermínio que adopta. [...] Devemos concluir, por isso, que é ignóbil a Alemanha? Não. O que é ignóbil é a guerra” (Dantas, 1915: 609).

²¹ Dúvidas sobre esta afirmação poderão surgir lendo o poema “Na ponta de cada baioneta luzem os olhos de Kant...” (BNP/E3, 144X-66^r), publicado em Pizarro (2006: 104), e certos trechos de

produziu durante a Grande Guerra assumiu uma clara insensibilidade aos horrores da guerra.

Voltando à resposta a João de Barros, que Pessoa tencionava publicar num “breve opúsculo” (BNP/E3, 55A-94^r; e Pessoa, 1980: 199) ou sob a forma de um “artigo” (BNP/E3, 135-20^r), referiu-se já que ela não foi concluída. Do texto projectado ficaram no espólio do escritor oito páginas dactilografadas, das quais cinco são inéditas²² (ver aqui a transcrição integral do conjunto em Documentos, n.º 4). Não sabemos se Pessoa desistiu de completar a sua resposta por falta de meios para publicar o “opúsculo”, por não ter quem lhe aceitasse o “artigo”, por receio das consequências da sua publicação ou por uma combinação dessas razões. Provavelmente, não teria também público que a acolhesse com agrado. A germanofilia, ainda que alegadamente só “espiritual”, que o seu texto claramente exprimia, podia ser interpretada como uma posição a favor da posição belicista da Alemanha. Com efeito, Pessoa dizia: “Proponho-me demonstrar – em contrário do sentido do apelo do Sr. João de Barros – que a alma portuguesa deve estar com a sua irmã, a alma germânica, na guerra presente” (BNP/E3, 55A-94^r; e Pessoa, 1980: 199). Sublinhe-se: “na guerra presente”. Na segunda versão, Pessoa repete: “Escrevo este artigo para discordar do Sr. João de Barros e para apontar que, longe de a nossa solidariedade espiritual dever estar com os aliados, ela deve, antes, estar com o grande Império dos Hohenzollern” (BNP/E3, 135-20^r) – com o Império alemão, volte a sublinhar-se, não com a cultura ou a intelectualidade alemã. Tal como João de Barros, que fingia não desejar ocupar-se da questão da participação de Portugal na guerra, Fernando Pessoa declarava também que não era esse o ponto que lhe interessava discutir, e explicava porquê: Portugal era um país “pequeno, fraco e desgovernado”, de onde inferia que a “nossa acção militar, ou outra, nada traria por si de útil à solução guerreira, ou outra, do problema” (BNP/E3, 55A-94^r; e Pessoa, 1980: 200). Ora este era precisamente um dos argumentos mais invocados pelos anti-intervencionistas.

Ao mesmo tempo que sustentava estas posições, Pessoa concordava que Portugal deveria assumir uma “neutralidade favorável aos aliados”, coisa que ninguém contestaria, dizia Pessoa, porque a isso “nos obrigam tanto a nossa fraqueza como povo, como as nossas conveniências externas imediatas, como a nossa situação e os nossos compromissos internacionais” (BNP/E3, 135-20^r). Só

rascunho para a “Ode Marcial”, como “Ave guerra, som da luz e do fogo...” (BNP/E3, 64-42^r), publicado em Pessoa (2014: 359), mas não são, a nosso ver, casos claros de poesia exaltadora da guerra.

²² São conhecidas apenas três páginas: o início de uma primeira versão da resposta, de duas páginas (BNP/E3, 55A-94), e um apontamento solto, de uma página (BNP/E3, 55H-82^r). Ambos os textos foram publicados em Pessoa (1980: 198-203). As restantes cinco páginas (BNP/E3, 135-20^r a 22^r), inéditas, constituem uma segunda versão da resposta, mais extensa, mas ainda aparentemente inacabada. O apontamento solto atrás referido foi escrito já depois da versão de cinco páginas, dado que se refere a um assunto nela tratado, desenvolvendo-o.

Fernando Pessoa poderia explicar como se conjugaria na mente dos portugueses uma simpatia intelectual e espiritual pela “alma irmã” da Alemanha com uma neutralidade favorável aos aliados. Pessoa criou uma fórmula curiosa para designar esta atitude ambígua: “Germanofilia de alma, anglofilia de corpo” (2009: 133-138).²³ Mas talvez Pessoa não pretendesse convencer ninguém dessa atitude dúplice, bastar-lhe-ia, porventura, expor as suas ideias e contribuir, com isso, para agitar as mentes, cumprindo assim a sua desejada missão de perturbador e indisciplinador, anunciada em Abril desse ano, na segunda “Crónica da vida que passa...”, com este dito: “Portugal precisa dum indisciplinador” (2011: 41).

Examinando as razões que poderiam levar ou não levar os intelectuais portugueses a manifestar-se pelos aliados, Pessoa destaca três: razões de temperamento, razões de história (se Portugal tinha uma dívida para com esses países ou se tinha razões de queixa) e razões de proximidade civilizacional. Descartando como anticientífico o argumento de João de Barros sobre a comum *latinidade* da França e de Portugal, que nenhum significado teria, Pessoa pergunta: “O nosso carácter nacional com qual [povo] mais se parece?” Tenta depois provar quão diferentes eram temperamentalmente os portugueses dos franceses, dos italianos, dos espanhóis, dos ingleses e dos russos. Ao contrário desses povos, que são de um temperamento “vivo e acordado”, temperamentalmente “duros e individualistas”, pesaria sobre os portugueses “aquela tristeza da raça que atravessa e sempre atravessou todas as manifestações da nossa vida, que se espalha em todas as manifestações da nossa literatura” – sustenta Pessoa. “Há em nós”, escreve, “adaptabilidade a mais, ternura demais, sentimentalismo piegas de sobra”. Assim,

Só com o povo alemão temos – descontadas as diferenças que o clima aporta – uma semelhança temperamental que, quanto mais o problema se aprofunda, mais nos espanta. O alemão é racialmente e temperamentalmente sentimental, adaptável, fácil de conduzir, confuso na sua ideação sentimentalizada, próprio a existir com superioridade social apenas quando dirigido e disciplinado por uma forte aristocracia.

(BNP/E3, 135-20^v)

Estas mesmas características teria, segundo Pessoa, o povo português. Além disso, nas grandes épocas da história alemã e da história portuguesa dar-se-ia uma idêntica *inversão* da sentimentalidade destes dois povos. Assim, “nada de mais cientificamente medido e executado do que as nossas descobertas”, e nada de mais “cientificamente meditado, de calmamente executado” do que o Império Alemão. Por outro lado, ao contrário dos franceses, dos ingleses e até dos espanhóis, que poderiam viver em democracia, “portugueses como alemães são gente incapaz de agir dentro de regímenes com feição democrática”. Por isso, “só quando um pulso

²³ Veja-se BNP/E3, 55B-78^r, um trecho do “3.º manifesto”, e BNP/E3, 55I-32^r, um esquema das secções do Manifesto do Atlantismo (ver aqui [Fig. 4](#)).

forte nos toma e nos guia, a uns como a outros, conseguimos fazer qualquer coisa”. E Pessoa compara o *kaiser* Guilherme II ao rei D. João II e Bismarck ao Infante D. Henrique. “Sem um homem destes [...] portugueses ou alemães nada fazem que dure”.²⁴

Já na segunda “Crónica da vida que passa...” Pessoa defendera, contra o cliché dominante da indisciplina ingénita dos portugueses, a tese de que o povo português era, como o alemão, um povo *excessivamente disciplinado*, num sentido preciso:

Como os alemães, nós esperamos sempre pela voz de comando. Como eles, sofremos da doença da Autoridade – acatar criaturas que ninguém sabe porque são acatadas, citar nomes que nenhuma valorização objectiva autentica como citáveis, seguir chefes que nenhum gesto de competência nomeou para as responsabilidades da acção.

(Pessoa, 2011: 40)

A diferença estaria em que os alemães teriam elevado a disciplina social a um sistema de Estado e de governo, mas os portugueses não: a própria revolução republicana de 1910, aparentemente um acto de indisciplina, apenas teria implantado no país “uma coisa igual ao que já estava” (Pessoa, 2011: 41).

Entre as razões históricas, nada haveria, diz Pessoa na sua resposta a Barros, a favor de uma aliança com os franceses ou os ingleses. É certo que a Alemanha há muito cobiçava as colónias portuguesas (que Pessoa, aliás, achava *inúteis* para Portugal²⁵), mas da França e da Inglaterra os portugueses teriam ainda maiores razões de queixa. De França teríamos recebido uma invasão, vexames vários e repetidas conivências com a ameaça espanhola. A velha aliada Inglaterra, por sua vez, “sempre nos tratou como uma colónia ou um protectorado”, só por interesse próprio nos defendeu em certas ocasiões e as suas elites sempre nos desprezaram.

Quanto às razões a que Pessoa chama civilizacionais, a situação seria semelhante. Da França, Portugal teria recebido uma influência política negativa, com a agravante de que tradicionalmente só aquele país influenciava directamente a política em Portugal. “Triste do português que acha que deve agradecer à França as suas ideias democráticas”. Nesse aspecto, diz Pessoa, “nada temos que agradecer à França senão ter-nos mandado ideias que só têm servido para tornar a nossa decadência mais decadente, a nossa desorganização mais desorganizada”. As ideias da Revolução Francesa seriam, aliás, originárias de Inglaterra, diz Pessoa, pelo que Portugal deveria agradecer a sua decadência política também, indirectamente, à Grã-Bretanha, “*fons et origo* de toda esta trapalhada democrática”. Em compensação, da Alemanha nunca teríamos recebido influência

²⁴ Todos os trechos que temos vindo a citar fazem parte da segunda versão da resposta de Pessoa a João de Barros (BNP/E3, 135-20^r a 22^r).

²⁵ Ver, por exemplo, “Inutilidade das Colónias” (BNP/E3, 144A-24^v a 27^r), manuscrito de 1915 publicado em Pessoa (2009: 299-300).

política alguma, o que a colocaria em vantagem sobre a França e a Inglaterra, países dignos, esses sim, da nossa “aversão”. Do ponto de vista da influência religiosa, artística ou literária, confirmava-se, para Pessoa, a ausência de razões para os portugueses simpatizarem com as nações aliadas. Em matéria religiosa, os portugueses nada deveriam a França, senão – diz Pessoa – “esta ignóbil forma de ser parvo a que é costume chamar-se o ‘livre-pensamento’, como se livre pensamento pudesse haver nas plebes”. O ateísmo com que a França nos teria envenenado seria uma “escravização ao estrangeiro” e uma violência exercida sobre o temperamento místico dos portugueses. Quanto à arte, ou melhor, à literatura (porque, segundo Pessoa, “o português é incapaz de outra arte que não seja a literatura”), os maiores escritores portugueses teriam recebido a sua influência de Itália (caso de Camões), de Inglaterra e indirectamente da Alemanha (caso dos primo-românticos Garrett e Herculano), directamente da Alemanha no caso de Antero, e indirectamente da Alemanha no caso de Junqueiro, cuja dívida a Victor Hugo se prenderia, em última instância, com as influências germânicas que geraram o romantismo francês e, assim, a própria obra de Hugo. A influência literária alemã fizera o seu caminho até ao séc. XX, até Teixeira de Pascoaes, porque, diz Pessoa, a poesia que mais se assemelhava com a de Pascoaes era a do alemão Novalis.²⁶

Pessoa encontra ainda outro elemento de comunhão espiritual das almas portuguesa e alemã na semelhança das lendas do imperador Frederico Barbarossa e do rei D. Sebastião, com, em ambos os casos, a esperança no mítico regresso de um monarca morto numa batalha, esperança num salvador por parte de povos oprimidos e humilhados, para que se cumprisse um desígnio de redenção nacional (BNP/E3, 55H-82^r; e Pessoa, 1980: 202).

A versão de cinco páginas da resposta de Pessoa termina com uma invocação pagã à Nova Minerva, ou seja, à Alemanha, representada como encarnação da deusa romana da sabedoria, das artes e da guerra²⁷, invocação que surpreende por desafinar do discurso anterior sobre uma solidariedade puramente espiritual com a Alemanha. Eis essa invocação:

Nova Minerva! Mãe solene e augusta do pensamento e da disciplina, grande império construído a sangue e fogo, glorioso de dureza e impassibilidade. Fosse a vitória possível e pudesse a mão germânica esmagar estes restos decadentes de uma latinidade imbecil, para [que] alguma coisa aprendesse a ressurgir e a viver.

(BNP/E3, 135-22^r)

²⁶ Temos estado a citar a versão de cinco páginas (inédita) da resposta de Pessoa a Barros.

²⁷ Minerva era a correspondente romana da deusa grega Atena, cujo nome Pessoa dará à revista literária e artística (*Athena*) que em 1924-1925 dirigiu com Ruy Vaz.

Mas Pessoa pensava, em 1915, que a vitória da Alemanha era impossível. E apesar de António Mora desejar, por vezes, a vitória alemã²⁸, Fernando Pessoa julgava que a guerra tinha sido um erro fatal da Alemanha, cujo imperialismo se deveria ter cingido ao plano cultural e espiritual. Considere-se estes trechos do chamado manifesto do Atlantismo, também de 1915, em que Pessoa fala da sua “germanofilia de alma”:

Germanofilia de alma, anglofilia de corpo, porque nos seria prejudicial agir como os germanófilos espirituais que somos; trabalhemos, por isso, para que, depois da guerra e da descida germânica possamos ligar almas com esses mestres-imperialistas cujo esforço se desviou da alma para o corpo, querendo impor a uma Europa súbdita de Kant e de Goethe, o domínio errado e degenerado dum Guilherme de Hohenzollern.

(Pessoa, 2009: 137)

E noutro trecho: “Todo o Império que não é baseado no Império espiritual é uma morte de pé, é um cadáver mandando” (Pessoa, 2009: 138).

Conclusão

Tanto nos argumentos de João de Barros como nos de Fernando Pessoa, se pode facilmente constatar um elevado grau de simplismo e retórica mistificadora. Nem a guerra europeia opunha duas alegadas “civilizações antagónicas”, a dos latinos e a dos germanos, como Barros pretendia, nem as supostas afinidades temperamentais ou caracteriais dos povos português e alemão, invocadas por Pessoa, tinham consistência, muito menos para provar que a alma portuguesa devesse estar no conflito europeu “com a sua irmã, a alma germânica”, como Pessoa escreveu, levando a provocação a essa formulação extrema, que certamente ninguém em Portugal compartilharia então.²⁹

Nem os argumentos de João de Barros nem os de Fernando Pessoa eram sólidos, convincentes ou sequer adequados. Como seria possível definir, ante o ribombar dos canhões (se bem que longe deles), uma atitude qualquer perante os blocos de beligerantes na base, principalmente, de considerações sobre a afinidade espiritual dos portugueses em relação a cada um desses blocos? E seriam assim tão diferentes, culturalmente e civilizacionalmente, esses blocos, como Barros e Pascoaes pretendiam? Aceitando a delimitação temática imposta pelo apelo de Barros, que contornava a verdadeira grande questão, a da conveniência ou não para Portugal da participação na guerra, Fernando Pessoa optou por debater a

²⁸ Em sentido contrário, na “Dissertação a favor da Alemanha” (atribuída a Mora) há trechos em que a derrota da Alemanha é considerada positiva, porque estimada favorável à causa da “civilização germânica” e do paganismo em geral. A derrota alemã fá-la-ia perder o seu espírito imperialista e, assim, reencontrar o seu “essencial espírito pagão” (BNP/E3, 92M-93^r-94^r).

²⁹ Teixeira de Pascoaes (1916: 111) proclamará, ao contrário, que “A França é a nossa maior Irmã”.

posição de Barros no terreno em que este a colocava, ou seja, o da solidariedade espiritual ou intelectual com um dos lados da guerra em curso. Pessoa não o fez sem vincar, *en passant*, as suas convicções neutralistas, tal como Barros não tinha deixado de vincar, também *en passant*, a sua posição intervencionista. Toda a restante argumentação de um e de outro – esquivando o verdadeiro debate que em Portugal se estava já a desenrolar entre os políticos – era uma argumentação endereçada a uma elite intelectual, na suposição de que esse público restrito era sensível a um discurso privilegiando os aspectos espirituais. Mais lúcido do que ambos e mais preocupado também com a eficácia do discurso foi Raul Proença, que em 1916 na *Águia* insistia que o importante não era convencer os lisboetas, mas sim a maioria da população portuguesa, e que isso não se fazia com retórica, mas sim de modo a que todas as pessoas entendessem a necessidade da intervenção portuguesa (Proença, 1916; Meneses, 2000: 93). Claro que Proença acreditava que essas razões existiam e que apenas era necessário explicá-las convenientemente ao povo. Na mesma linha pensava Jaime Cortesão, que desde 1914 defendia a intervenção portuguesa³⁰ e que em 1916 publicou, em 100.000 exemplares, a sua *Cartilha do Povo*, propaganda de guerra adequada ao meio português e às audiências rurais (Meneses, 2000: 93-95; Baptista, 1985: 214).

Seriam sinceros os argumentos de Pessoa, ou constituiria a sua pretendida resposta apenas uma provocação aos republicanos intervencionistas, explorando os pontos fracos da argumentação de João de Barros e de outros tenores da aliadofilia, como Cortesão e Pascoaes? Inclino-nos mais para a segunda hipótese. Pessoa foi realmente *germanófilo e aliadófilo*, como ele próprio o afirmou, embora usasse preferencialmente o termo *anglófilo*. Podemos, porém, achar que, se ele foi simultaneamente ambas as coisas, não foi propriamente nenhuma delas, no sentido usual que esses termos tinham. O problema era esse: como sempre, Fernando Pessoa fugia a moldar o seu pensamento pelas categorias mentais disponíveis, valendo-se de aparentes paradoxos para se definir. Por razões idênticas se declarou ao mesmo tempo republicano e monárquico, nacionalista e cosmopolita, liberal e antidemocrático, e elaborou fórmulas aparentemente oximorónicas como “presidente-rei” ou “república aristocrática”.

Havia em Pessoa um inegável fascínio pela cultura alemã, sem a julgar superior às outras, e ele via realmente na Alemanha um factor da sonhada repaganização religiosa da Europa. Mas a argumentação a favor da Alemanha que desenvolveu nos anos iniciais da Grande Guerra era, no fundo, mais devedora das suas posições propriamente *políticas*, contrárias ao Partido Democrático, a Afonso Costa e à intervenção portuguesa no conflito europeu – vendo nesta última, como os monárquicos também tinham então tendência a ver, uma vasta operação política cujos objectivos eram mais internos do que externos, isto é, visando essencialmente

³⁰ Ver os artigos de Jaime Cortesão sobre a guerra publicados entre Agosto e Novembro de 1914 no jornal português *O Norte*, por ele dirigido.

a consolidação da República sob o comando do Partido Democrático. Assim, a argumentação de Pessoa era sobretudo retórica, de valor idêntico à dos que defendiam os pontos de vista opostos, mas acrescida, no escritor sensacionista, do culto estético das sensações, das impressões e dos impulsos – aquilo a que ele próprio chamou o *culto da incoerência*.

Documentos

Reúnem-se aqui cinco textos de quatro escritores portugueses citados neste trabalho: Teixeira de Pascoaes, António Sérgio, João de Barros e Fernando Pessoa. São escritos produzidos entre finais de 1914 e o verão de 1915, quando em Portugal, oficialmente ainda neutral, se discutia a posição do país em face do conflito europeu e dos dois blocos beligerantes, situação que iria modificar-se em Março de 1916 com a entrada de Portugal na guerra ao lado dos Aliados. A selecção obedeceu principalmente ao propósito de os textos dos três primeiros servirem de contraponto às posições de Fernando Pessoa. Para além do tema comum da guerra, existem vários nexos dialogais entre os escritos dos diferentes autores.

O **texto 1**, “Portugal e a Guerra e a Orientação das Novas Gerações”, de Teixeira de Pascoaes, foi publicado em Dezembro de 1914 na revista portuense por ele dirigida, *A Águia*. Favorável aos Aliados e imbuído de espírito maniqueísta, o artigo de Pascoaes traça um retrato idílico do campo aliado e outro, diabolizante, das Potências Centrais lideradas pela Alemanha, forças essas que representariam, respectivamente, a boa civilização latina (ou cristã) e a maligna civilização germânica. Segundo Pascoaes, estava-se perante uma guerra de civilizações, de ideais e de “raças” opostas, e não um conflito entre imperialismos industriais, comerciais e militares, dentro de uma mesma e única civilização europeia ou Ocidental. Defende, também, a intervenção de Portugal na guerra, como oportunidade de reencontrar a pátria, o “fim colectivo” de que os portugueses andariam transviados, como forma de educar o povo e as novas gerações, bem como solução digna e eficaz de assegurar a independência nacional.

O **texto 2**, “A Opinião Americana perante a Guerra”, foi publicado por António Sérgio no número seguinte de *A Águia* e expõe, a pretexto de falar da posição dos Estados Unidos em face da guerra europeia, uma visão sobre esta bastante divergente da de Pascoaes, embora não se lhe refira expressamente. Note-se que António Sérgio e Teixeira de Pascoaes tinham já alimentado nas páginas da *Águia*, em 1913-1914, uma célebre polémica sobre a *saudade* e o *saudosismo*. No seu artigo, Sérgio discorda das concepções idealistas de Pascoaes, recusa a ideia de guerra de civilizações e o conceito de “raças”, acha descabido o qualificativo *latino* para designar o campo aliado e impreciso o qualificativo *germânico* para designar o campo contrário (a Inglaterra e os Estados Unidos também seriam “germânicos”,

na sua opinião) e aponta os interesses materiais, comerciais e industriais como a verdadeira origem da conflagração, sem precisar se todas as potências envolvidas no conflito eram movidas por esses interesses ou apenas algumas. António Sérgio – que não era neutralista nem anti-intervencionista, mas via sobretudo utilidade para Portugal na defesa das colónias africanas (Sérgio, 1987: 126) – evita neste artigo declarar expressamente a sua adesão à causa dos Aliados. Fá-lo porém indirectamente, através do elogio da posição de Charles William Eliot, antigo presidente da Universidade de Harvard e destacada figura pública americana, que era, segundo Sérgio, representativo da “opinião americana” num momento em que o seu país ainda se mantinha neutral. Eliot havia condenado publicamente a Alemanha pelo seu regime militarista e autocrático, acusando-o de não depender do juízo do povo nem lhe prestar contas, bem como pelo secretismo da sua diplomacia, aspectos em flagrante contradição com a democracia, as liberdades individuais e a alegada transparência da política externa dos Estados Unidos.

O **texto 3**, “Os escritores Portugueses e a Guerra”, publicado pelo pedagogo e escritor republicano João de Barros no jornal Democrático *O Mundo* em Julho de 1915, é um apelo público aos escritores e artistas portugueses para que manifestassem activamente a sua solidariedade intelectual para com a França, nação a que a cultura portuguesa tanto deveria. Barros expõe uma concepção próxima da de Pascoaes sobre a natureza da guerra europeia em curso, falando de um conflito de alegadas civilizações opostas, a latina e a germânica, valendo-se sobretudo de argumentos retóricos a favor da França, que seria a “mentora suprema” do mundo latino, logo do bloco aliado. Como Pascoaes, também Barros defende a intervenção portuguesa na guerra. Porém, como considerações de política internacional teriam até então impedido o governo português de dar esse passo, Barros propunha que os intelectuais e artistas portugueses saíssem do seu silêncio e, colectivamente, através da criação de uma Liga a favor dos Aliados, lhes manifestassem uma atitude de solidariedade espiritual, especialmente para com a França. É transparente no artigo de João de Barros o intuito de preparar a opinião pública portuguesa, pelo exemplo dado pela sua elite pensante, tradicionalmente francófila, para uma futura decisão política de participação na guerra – decisão que foi, de facto, tomada em 1916.

O **texto 4**, de Fernando Pessoa, pretendia ser uma resposta pública, sob a forma de artigo ou opúsculo, ao apelo de João de Barros, entrando em polémica com ele. Nessa resposta que não chegou a ser publicada, Pessoa argumentava que os intelectuais portugueses teriam mais motivos para se solidarizarem espiritualmente com a “alma irmã” da Alemanha do que com os países aliados, embora admitisse que Portugal estava condenado a assumir, por fraqueza, conveniências imediatas e contingências internacionais, uma “neutralidade favorável aos Aliados”. Disseminados no espólio pessoano, encontraram-se três textos respeitantes a essa projectada resposta (aqui **4.1**, **4.2** e **4.3**), num total de oito

páginas dactilografadas, datáveis de Julho de 1915 (ver **Figs. 5 a 12**). O conjunto compreende, pela ordem em que foram escritos, uma primeira versão da resposta, apenas começada, de duas páginas (4.1); uma segunda versão, mais completa, mas ainda inacabada, de cinco páginas (4.2); e uma página avulsa, sob a epígrafe “Resposta ao apelo de João de Barros”, desenvolvendo um tópico abordado na referida segunda versão (4.3). O primeiro e o terceiro textos são já conhecidos, tendo sido publicados por Joel Serrão em 1980, enquanto o segundo, o mais extenso, é inédito.


O **texto 5**, novamente da autoria de Teixeira de Pascoaes, é o artigo “Da Guerra”, publicado no número de Agosto de 1915 de *A Águia*, em resposta ao apelo lançado por João de Barros no mês anterior para que os intelectuais portugueses criassem uma Liga a favor dos Aliados. Achou-se pertinente incluir este segundo texto do autor sobretudo porque nele aborda também um tema em que não tocara no primeiro artigo aqui transcrito: a divisão política dos portugueses, que os faria encarar a guerra e a questão da intervenção numa perspectiva partidarizada, em obediência às conveniências de republicanos ou monárquicos. Assumidamente indiferente à questão da forma de governo, República ou Monarquia, Pascoaes contrapõe à “lastimável” partidarização da nação portuguesa, que diz estar submetida à “superstição política”, o modelo patriótico da *Union sacrée*, que unia então os franceses de todas as tendências políticas e religiosas em torno de um grande objectivo nacional.

Os textos são abaixo apresentados pela ordem em que foram escritos. Conservou-se a ortografia e a pontuação originais, que curiosamente obedecem, em cada um dos autores e, por vezes, num mesmo autor, a diferentes regras, umas mais próximas, outras mais distantes da reforma de 1911. Corrigiram-se apenas os erros tipográficos mais evidentes. O texto de Fernando Pessoa é transcrito, com notas genéticas no rodapé, a partir dos originais do espólio conservado na Biblioteca Nacional. A alguns textos juntaram-se notas contextuais, colocadas no respectivo final.

123/178 12⁸-64

É, na verdade, fraco o ^{chamado} manifesto dos
 "intellectuaes" allemães; mas em não vejo
 que, ao que ha escripto sobre a guerra, heji
 sobre a guerra em qualquer ~~forma~~ escripto
 de qualque. Sabes uma ou outra
 chronica de chronica - tem sido de uma
 grande miseria intellectual o que, de ~~outro~~
~~outro~~ escripto, a guerra tem provocado.

Ha ha "altum" em absoluto, por
 ha ^{na} absoluto.


Fig. 2. BNP/E3, 12¹-64¹.

"É, na verdade, fraco o chamado manifesto dos 'intellectuaes' allemães, [...]"

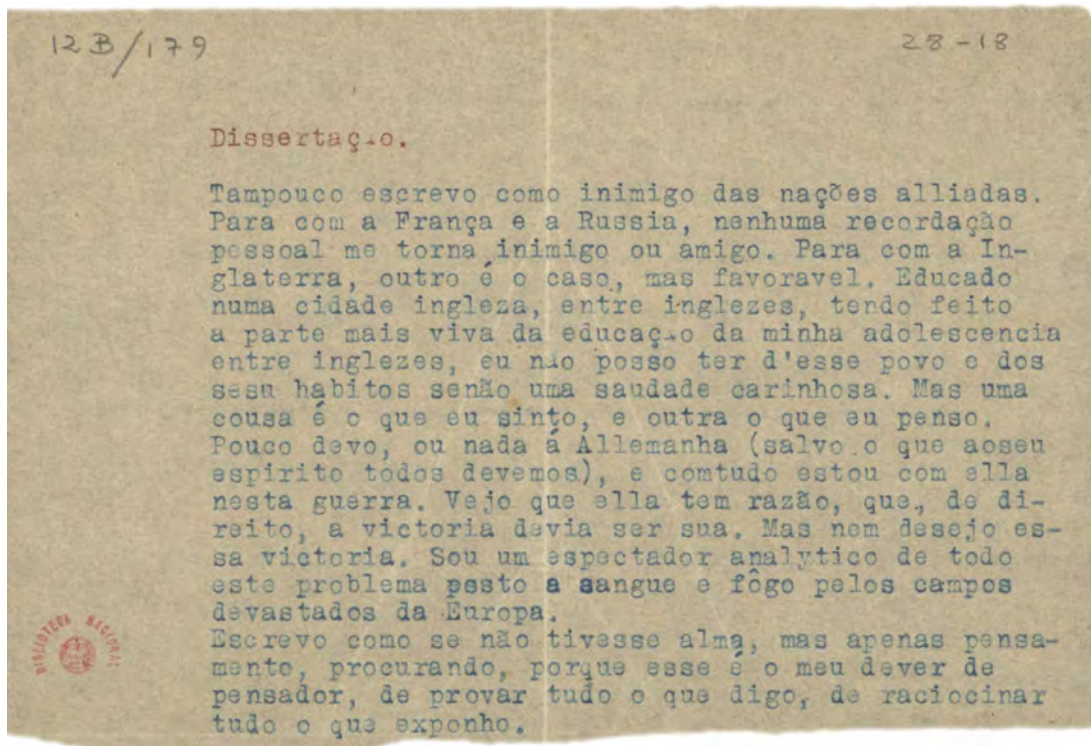


Fig. 3. BNP/E3, 28-18°.

"[...] Escrevo como se não tivesse alma, mas apenas pensamento..."

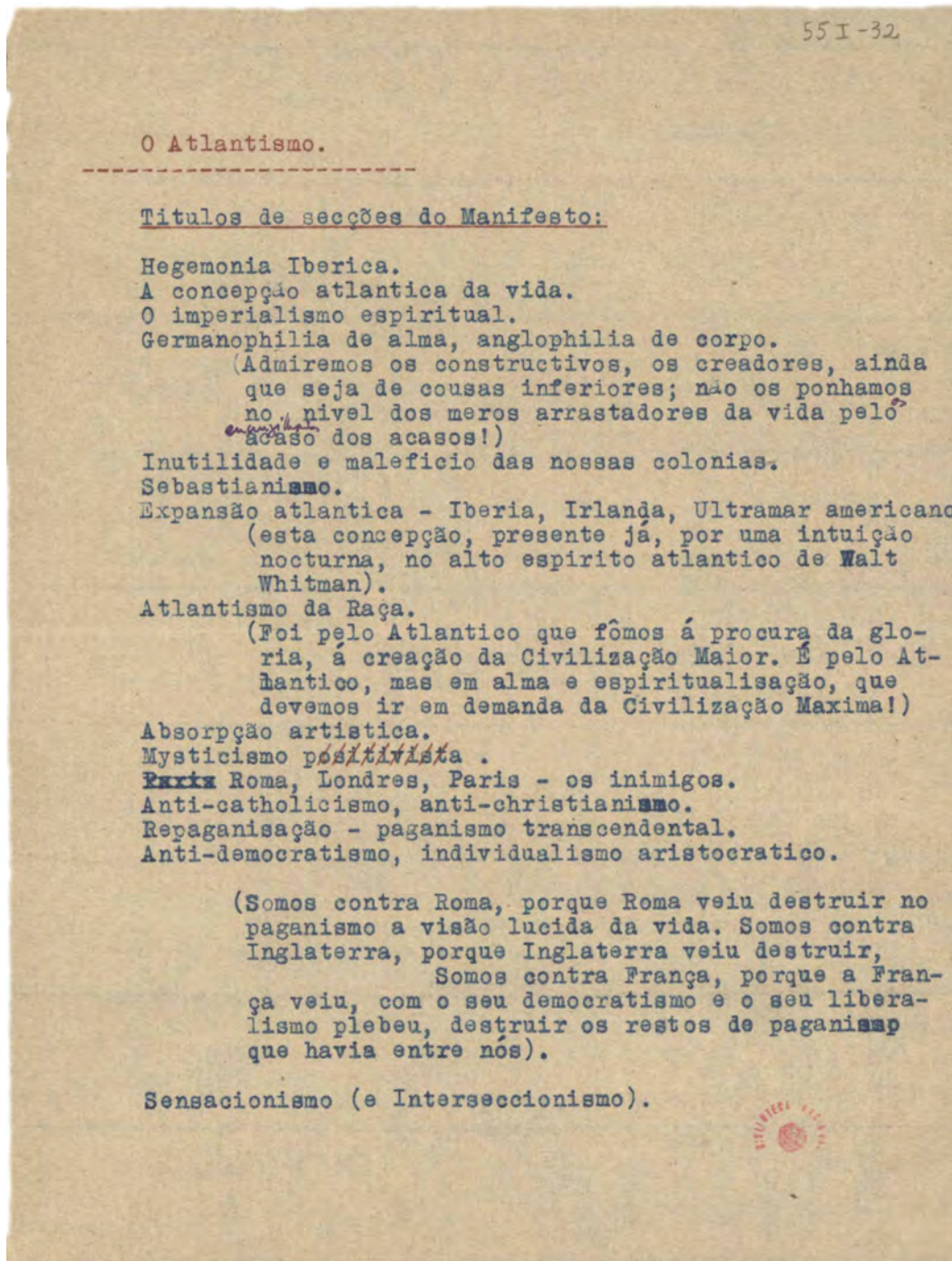


Fig. 4. BNP/E3, 55I-32.

"[...] Germanophilia de alma, anglophilia de corpo."

1. Teixeira de Pascoaes

Portugal e a Guerra e a Orientação das Novas Gerações

A Águia, n.º 36, Dezembro de 1914, pp. 161-168.

Este anno de 1914 é um anno extraordinario. Occupará na Historia um logar excepcional, como a derrota dos persas, de Juliano, o Apostata, como a Renascença italiana, as Descobertas e a Revolução franceza.

A mais pavorosa guerra de todos os tempos, afflige a velha Europa, o velho continente sempre novo, em successivas crises creadoras, o grande palco-cemiterio, onde a tragedia atinge a maxima expressão dolorosa. Os outros continentes parecem vergeis de idilio juntos d'esta Europa em sangue e fogo desde os seculos.

E desde os seculos, que, n'este tragico e antigo continente, duas almas se degladiam: a celto-romana e a germanica.

A primeira é a actual representante da civilização greco-judaica, firmada no culto enternecido da Beleza, da Justiça amavel, da lei por todos consentida; a benefica e fraterna civilização christã.

A segunda representa uma civilização apoiada em principios totalmente diversos. Creada por um povo de caracter violento e exclusivista, repele os sentimentos de simpatia e fraternidade, elegendo a força material, elegendo a Força material e insensivel que quer construir a sua obra sobre a ruina dos outros Povos. É uma civilização hostil ás outras civilizações, porque a raça que a representa, dominada por um infinito orgulho, convenceu-se de que tinha um destino mundial a cumprir, como os romanos de outrora. Estes, comungando a luz da Grecia, levaram a arder nas pontas das suas lanças, um divino reflexo de Apolo. Tinham, na verdade, uma alta missão a realizar. Roma, sabendo aprender o que de belo e grande surgia no mundo, a luz da Grecia primeiro e a luz christã depois, tornou util o seu predomínio á Humanidade. E por isso venceu e dominou.

Mas quanto ao Imperio germanico, se é indiscutivel a sua grandeza e prosperidade, não possui, por enquanto, uma nova civilização imprescindivel ao mundo. *Zarathoustra*, o seu moderno heroe, nasceu, por contraste, do tipo christão. Transmutar os valores não é crear novos valores. E que fez a Alemanha? Esta cousa simples: contradizer os principios da civilização latina. Negar o que ela afirma, e afirmar o que ela nega. A alma latina acredita em Deus? Pois bem! A Alemanha acredita no Demonio!

Eis ahi no que se baseia a sua *kultura*, de que o mundo prescindirá...

O *germanismo* não aceita, portanto, o *latinismo* ou o *slavismo*. Não vê nas outras almas europeia, forças colaboradoras, coordenadas para a realização d'um mesmo objectivo humano e social, mas forças contrarias, inimigas, que lhe restringem odiosamente o dominio do mundo. A Alemanha aparece no meio das

nações da Europa, que trabalham em harmonia, para um mesmo fim superior, semelhante a um Povo estranho, irrompendo d'outro continente, assolando a destruindo, como os mouros da Edade Media.

La Germanie mystérieuse... dizia Victor Hugo, definindo assim a distancia moral que a separa dos seus vizinhos, e o segredo profundo em que as suas intimas transformações se operam, em que se acendem os seus secretos e tragicos desejos. Não foi esta guerra uma surpresa? Quem poderia imaginar que a Alemanha de Goethe e Schiller, romantica, revolucionaria, europeia, em breve, se converteria na Alemanha asiatica de Franks e Nietzsche, opondo aos principios christãos de bondade e amôr os mais duros sentimentos pagãos de egoismo e crueldade? Um escritor francez comparava a Alemanha de Guilherme II á Persia de Darios, – o mesmo poder material e militar, quebrando-se de encontro aos muros sagrados da cidade que outrora foi Athenas e é hoje Paris.

A Alma *celto-latina* tem um grande poder de irradiação, pela alta e humana cultura que atingiu. A alma germanica isolou-se, concentrou-se no seu proprio sêr, fortalecendo-se das suas proprias qualidades, animada por este sonho grandioso e terrível de ser ela sósinha sobre o mundo! Um mundo germanico, é o seu ideal.

Um mundo latino, germanico, slavo, apresentando as varias nuances dos Povos, concertadas n'uma bela harmonia superior, eis o sonho fraterno e pacifico dos Paizes que se deram as mãos para a defeza da bôa causa do Direito, da Justiça, da Liberdade, conforme o ideal latino.

Ora Portugal é um povo de origem celto-latina, com algumas táras mouriscas. Compete-lhe velar tambem pelo fogo sagrado que a Judeia e a Grecia acenderam.

N'esta hora, a França, a Inglaterra, a Belgica luctam, com sublime heroicidade, em sua defeza.

Creaturas igenuamente dominadas pela preocupação do sentido real das cousas, têm chamado a esta guerra, uma guerra comercial e industrial.

O *deve e haver* invadiu a literatura, com um ar superior e filosofico. Ha hoje a mania da *atitude comercial*, tal como, em 1830, era a moda a *atitude romantica*. E estas modas criam tipos curiosos. Conheci ainda os ultimos romanticos da minha terra. Estou a vê-los, encaixilhados na sua adoravel *pose* camiliana, ainda firmes sobre as plantas tilintantes de esporins, a cabeleira branca ondulando, fluctuando a um vento já invernososo de paixão, a luneta de cordões pendentos, em cujos vidros amorosos scintilava a etérea e tuberculosa imagem d'uma Ofelia.

Eram caricaturas, mas simpaticas, luarentas, d'olhos em alvo, prêsas d'um amor-phantasma, revelando a divina tára quixotesca.

Ora, a moderna visão comercial das cousas, já encarnou tambem em certos tipos curiosos que aparecem, pelo menos, atravez das suas palavras, enodoados de fumo, esgrimindo, furiosos, contra tudo o que cheire a alma, raça, tradição e outras

palavras suspeitas de espiritualismo, com a pesada bengala dividida em centímetros e milímetros, grosseira degenerescencia da *badine* romantica.

O espirito é o seu inimigo, – a cruz d’aqueles demonios!

Intelectualmente preferem o solido que é, na sua opinião, o verdadeiro estado da Materia. O liquido representa o primeiro passo para esse estado já transcendente e absurdo, – o gazoso!

Os românticos combatiam a velhice, cultivavam as rosas da sua face, na propria vizinhança outomnal dos cabelos brancos. Em pleno inverno da vida, o seu coração era ainda um jardim de amôres.

Envelheciam, como os antigos romanos se matavam: no meio de rosas, de perfumes, sorrindo á sua propria noite...

Mas o intelectual positivista, industrial, odeia o sonho, a infancia, a mocidade. Infancia, para eles, significa idiotia. A flôr é uma patetice da terra, um idealismo ridiculo. Porque não fez logo o fructo?

Devaneios de quem não conhece a realidade... A Primavera desacreditou-se, perante os taes literatos de alma solida que ignoram o idealismo, o sonho, a flôr, e, abolindo em ditadura, as leis da Natureza, tentam alcançar a realidade sem ser pelo caminho do ideal e crear o fructo, em pleno outomno, sem o concurso gentil da Primavera.

Estes individuos que adquirem uma pose, que talham o proprio perfil, a propria alma a golpes de filosofia e de sciencia, constituem verdadeiros tipos curiosos, dignos de estudo. Por meio d’eles, se perscruta a origem da creatura humana.

O homem é o mais transparente de todos os sêres vivos; aquele, atravez do qual, se vê mais longe, no passado. As transformações que soffreu, desde a origem da especie, sobrepondo-se, mas sem que se fundam umas nas outras, dão variada e longa perspectiva á sua vida. A luz do olhar percorre o homem, como percorre uma paisagem.

O burro, por exemplo, é o que sempre foi. Não mudou; ocupa sempre o mesmo e um só plano. Ser imovel é quasi prescindir do espaço; á sua existencia falta distancia, claridade, perspectiva.

Mas o homem deixa perceber, nas suas atitudes d’hoje, aquela que teve outrora. E este seu desejo de se crear um tipo (trata-se agora do tipo literario) isto é, de imprimir á fisionomia uma certa carêta, revela evidentemente a sua origem simiesca. Darwin foi demasiado zoologo, para seguir um processo psicologico. Todavia este caminho subtil conduz tambem á verdade. A origem do corpo ensombra a alma.

O literato que veste, de manhã com o seu casaco a sua escola, despe a humanidade adquirida e fica em pêlo... de macaco! E assim divaga, em pessoa, na praça publica, e em solido espirito, nos periodos da sua literatura.

Eu creio que o progresso não é mais do que a passagem da macaquite do corpo para a alma. Baixou da periferia ao centro. E a linha que vae descrevendo esta perpetua queda, representa graficamente o evoluir progressivo do homem. Quanto mais desaparece do corpo a macaquite para, com mais evidencia surgir na alma, tanto maior o progresso realizado na creatura...

Mas voltemos á tremenda guerra actual. As suas causas aparentes ocultam a verdadeira causa. Tudo na Natureza, ama o incognito. O sol esconde a sua grandeza. O espaço ilude-nos e o tempo nos destroe com a sua mentira. Deus é o suprêmo Disfarçado... Entre ele e a nossa alma turbilhona um mar infinito de apparencias, de mentiras e de illusões.

Sim: as causas aparentes ocultam a verdadeira causa.

As guerras têm uma origem superior ao homem. Este não é mais que um instrumento, meio consciente e meio cego, nas mãos d'esse phantasma – a especie. As responsabilidades d'esta deusa misteriosa, irmã gemea do Destino, nós gostamos de as attribuir a um nosso semelhante, o qual é, na hora presente, Guilherme II da Alemanha. O homem ilude a sua fraqueza e escravidão, imaginando-se uma força superior ás cousas que acontecem. E assim inventou as Feiticeiras, as Sibilas, os semi-deuses e, quem sabe? talvez os Deuses! Tudo isto é a dôr humana a iludir-se, a pintar de branco a sua noite, a esconder, nas dobras d'um sorriso, a propria magua... Este poder que tem o homem de doirar a sua miseria, foi-lhe dado pela Natureza, como o golpe de graça a um condemnado...

A loucura do Kaiser, interesses commerciaes, industriaes, rivalidades economicas, vêde a origem da guerra!

Se os diplomatas e os politicos se deixam influenciar por esses mesquinhos interesses, o certo é que a grande multidão dos combatentes só avança para a morte, quando um sonho poderoso, uma chimera, uma divina mentira omnipotente, anima a sua alma! Ninguem dá a vida (que é dar tudo sem nada receber) para que a industria do seu visinho duplique a exportação. Dar a vida é dar tudo sem nada receber. Haverá maior idealismo? O homem é a unica realidade. A patria é já uma abstração. Mais do que Portugal, existe o portuguez Fulano, C[icrano] e B[eltrano]. E, todavia, n'um dado momento, a realidade F., a realidade C. e B. sacrificam-se alegremente a esta abstração, a patria portuguesa! E a hora sublime da morte não pensam nos navios, nos comboios, nas fabricas, na agricultura do paiz. Toda a sua alma se eleva, antes de cair para sempre, á existencia chimerica da Patria!

É que o ideal representa uma nova realidade, a mais alta realidade. E o sacrificio do inferior ao superior é uma lei da vida. O coração trabalha, sem descanso, no carcere sem luz do nosso peito, para que o nosso olhar vôle livremente na luz do sol.

Os reinos inferiores da Natureza são sacrificados aos superiores; e assim a realidade animal e humana se sacrifica, por sua vez, á realidade espiritual, ao

Sonho, á Chimera, á Mentira dos taes positivistas que, mastigando o bife do almoço, imaginam ter saboreado a essencia da Vida.

O homem só dá a vida pelo ideal, ou esse ideal seja patria, a alma d'um povo, uma crença religiosa, a liberdade, a justiça, o direito.

“Levae nas dobras da bandeira as magicas palavras direito, justiça, liberdade”, disse Joffre aos primeiros soldados que invadiram a Alsacia. Ele não podia ignorar o mobil que leva o homem a dar tudo sem nada receber.

O homem, na verdade, não é o *fim* da vida; é um *meio*, um *meio* animal e humano visando um *fim* espiritual: patria, humanidade, religião, familia, justiça, liberdade...

D'ahi o seu tragico destino de sacrificado. Ele torna-se escravo da Morte para que a Patria viva livremente.

A humilde semente sepulta-se na terra, desaparece... É a vida obscura sacrificada à vida da arvore mais bela e mais perfeita.

O mais imperfeito morre para crear o mais perfeito. As imperfeições traduzem *meios*; o *fim* é a Perfeição.

Aquelas são de natureza animal, humana e material; esta é de natureza espiritual.

Aquelas, representam o corpo, o individuo; esta representa a alma, a colectividade, o ideal!

Por isso, o homem, quando não mente ao seu destino, á sua propria condição, sacrifica a sua vida pela Patria, na hora do perigo.

O *belga* será, de hoje para o futuro, o tipo supremo do patriota, do homem absolutamente devotado ao cumprimento do seu sublime e tragico destino. O seu poeta de amanhã poderá tambem dizer ao mundo:

“Cesse tudo quanto a antiga musa canta...”

O belga sacrifica a vida, a mulher, os filhos, os haveres por este ideal, por este sonho, – a patria belga. Supremo sacrificio! Mas ai, n'este mundo, todas as grandes obras se firmam sobre alicerces de cadaveres! A morte está ao serviço da Vida. Morrer materialmente é viver espiritualmente. Morrer como cidadão é viver como Nacionalidade. O heroico espectro dos que morrem pela Patria torna-se espectro colectivo; cresce enormemente; abrange a terra e o ceu da Patria. Quem diz Nunalvares, diz Portugal.

A Belgica semeada de ruinas fumegantes, coberta de cadaveres, crucificada e morta, com o decreto que a submete á Alemanha pôsto no alto da cruz, como um sarcasmo, – a Belgica, atravez do seu martirio, eleva-se, já divina e immortal, sobre todas as patrias; é a patria-simbolo, a patria-ideia viva, – a fonte d'uma nova Illiada.

Quem transformou o pequeno Paiz burguez comercial e industrial n'um povo sublime que vae dar á Historia as suas paginas mais belas? O perfeito espirito de sacrificio, o patriotismo elevado a Deus!

Esta concordancia entre o homem e o seu destino; este estado de alma, chamado vulgarmente heroico, é preciso cultivá-lo em todos os portugueses, transviados do seu seu *fim colectivo*, desde Alcacer-kibir.

É certo (e seria covardia ocultá-lo) que os portugueses têm vivido, ha muitos annos, divorciados de Portugal. D'ahi a sua existencia de phantasma, pois não ser amado é não ser.

Este frio egoismo que torna a vida individual incompativel com a vida colectiva; esta descrença nas proprias qualidades; a inercia destruidora de energias; um estúpido e agressivo fanatismo anti-fraterno e dissolvente, *a vil tristeza*; o mortal desanimo; a ausencia d'um ideal comum, resultante do esquecimento da nossa tradição, da nossa historia, da nossa arte, da nossa literatura, isto é, da propria alma patria, – todos estes males que nos têm aflagido, é necessario combatê-los, a fim de podermos dar a Portugal a verdadeira independencia; a independencia que resulta do desejo indestructivel de ser independente, da propria vontade inabalavel e não apenas da vexatoria e humilhante benevolencia alheia. Eis a nobre independencia que devemos conquistar.

A hora é magnifica para a educação moral dum Povo. A Europa converteu-se n'um grande fóco de heroismo, de sacrificio, de dôr, onde as virtudes essenciaes do homem se retemperam. A atmosfera europeia é tragica, magnifica, sublime, contraria a esse deprimente cosmopolitismo em que as nações se diluam, e reveladora e creadora do seu character, da sua presença viva sobre a terra.

Ha febres que purificam o corpo de doenças velhas. Assim a tremenda febre europeia elevada ao delirio das batalhas, limpará o antigo continente dos seus antigos achaques; dar-lhe-ha vigor e mocidade.

Portugal não pode ficar insensivel a este terramoto; estremecerá tambem nos seus abalos. Chegou a hora do Sacrificio, e a hora do sacrificio é a hora da Redempção.

Se fôrmos para a guerra, mostraremos ao mundo que estamos prontos a morrer pela patria, que somos Alguem que vive porque quer viver, e Portugal creará então novas raizes na Historia. Por elas absorverá nova seiva, nova energia.

Chegou a hora de se não viver de Portugal, mas para Portugal. E viver para Portugal, que está em perigo como todos os povos latinos, é morrer por ele.

Abnegação, amôr, sacrificio, eis o marmore divino em que precisamos de esculpir a nossa propria alma. Sejamos, antes de tudo e acima de tudo, – portugueses. Não troquemos o ideal de patria por qualquer ideal politico ou partidario. Todas as teorias sociaes e politicas são transitorias. Verdades de hoje, mentiras de amanhã. Mas a patria é uma verdade eterna, como eu sou, por exemplo, uma verdade animal e humana.

Seja qual fôr o meu vestuario, eu sou eu. Assim o Portugal monarchico do passado e o Portugal republicano de hoje, são o mesmo Portugal, o mesmo corpo com a mesma alma, vivendo n'uma esféra superior, indiferente ás côres da bandeira.

Antes de tudo, sejamos portugueses; quero dizer; sacrificuemos os nossos interesses pessoases e partidarios ao sagrado interesse da Patria.

Eu creio ainda no futuro de Portugal, creio nas virtudes latentes, por emquanto escondidas, no seio da nossa alma que vae conquistando, dia a dia, nas letras patrias, uma expressão cada vez mais viva, definida e, ao mesmo tempo, transcendente... Nela se adivinha o alvorear d'uma nova ideia que deverá ser a estrela orientadora das novas gerações.

Muito se tem trabalhado, os ultimos annos, na construção espiritual da nossa Patria, – trabalho indispensavel á criação d'um ideal comum superior, onde todas as almas portuguezas fraternizem. Sem um ideal comum não ha unidade nacional, um esforço colectivo no mesmo sentido, a crença n'um alto destino a cumprir, isto é, não ha Patria, não ha um agregado de homens com a mesma alma, sobre a mesma terra, debaixo do mesmo ceu, dispostos a defenderem a vida comum á custa do sacrificio das suas vidas individuaes.

Criêmos, pela revelação da nossa alma, um ideal comum de todos os portuguezes. Daremos assim á Patria uma independencia activa, firmada no nosso querer, a verdadeira independencia que resiste a todas as guerras que lhe façam!

Que as novas gerações se orientem por um alto criterio nacional, ao contrario das gerações passadas que ignoravam tudo o que era portuguez, macaqueando o estrangeiro, reduzindo Portugal a uma vil caricatura da França.

Desnacionalizar um Povo é roubar-lhe o character, a fonte de todas as energias. Por isso, nós padecemos d'esse mal: a falta de character! Terrivel doença que transforma em nodoa o desenho da nossa intima fisionomia! O sêr humano é essencialmente um phantasma. Quem o veste de carne viva, quem lhe injecta o sangue vivo, quem lhe imprime relêvo, harmoniosa presença, é o character, – a estatuaria dureza comovida em que os sentimentos nublosos, ideias vagas, vagas aspirações d'um povo, se vão cristalisando atravez da raça, da herança e do meio.

Mas quem modela este cristal é o poeta. Nas suas canções é que o genio popular ganha vulto, logica attitude, personalidade. Eis a divina missão da Arte; divina e, portanto, ignorada e desprezada. A poesia é a mãe do character. E o character é a propria substancia d'uma Patria. Um povo sem character, sem alma, sem uma actividade superior, pode ser tudo menos uma patria.

Eduquemos, cultivemos o character portuguez, primeira condição do nosso resurgimento.

Dirijo-me, sobretudo, á Mocidade, ao que ha de intacto e isento na Nação. A ela compete realisar o que é, em nós, por emquanto, idealidade, sonho, chimera.

Reatando o fio quebrado da nossa Tradição, isto é, da nossa Alma, ela saberá iniciar uma vida nova nacional. Trabalhará com amor, firmeza, entusiasmo, sem cair em perigosos delírios revolucionários, que querem transformar o mundo em 24 horas!

Não ha lei humana que altere as leis da Natureza. Decretar a extinção da noite, é um belo gesto quixotesco, nada mais. A empreza dos Titans foi homérica, perante a ingenuidade infantil das almas primitivas. Tal empreza, hoje, faria sorrir os deuses. Prometheu seria caricaturado nos jornaes. O proprio abutre, molhando o bico n'um tinteiro, desenharia a sua caricatura, batendo, depois, inofensivamente, as azas para longe...

Utopias romanticas, no campo literario, são inofensivas; são perigosas no campo social.

O nosso idealismo não é utópico. Representa a propria realidade elevada ao ideal, atingindo, sem mudar de natureza, uma forma superior. É este o verdadeiro idealismo que devemos opôr á utopia.

O idealismo concorda com a natureza das cousas. Na utopia ha hostilidade a tudo o que é. Utopia significa demencia. O idealismo significa a tendencia do imperfeito para o mais perfeito; é a propria essencia da Vida.

Ás utopias dos nossos maiores que só acreditavam na materia, é preciso que suceda o verdadeiro *idealismo*: a crença no Espirito, como sendo o *fim* divino da Materia!... A *Necessidade* tornando-se *Liberdade*. Todas as formas materiaes, soffrendo e amando, atingem a expressão espiritual, liberta e redimida. Para que existem o sol, as estrelas, os mundos? Para que, um dia, a creatura humana, iluminando intimamente a noite de que descende, sentisse aflorar nos labios a voz d'uma Oração. Para que o Universo, n'um vivo instante da sua eternidade morta, n'um lampejo de alma consciente, revelasse e concebesse, para além das suas trevas, o esplendoroso Reino de Deus. A luz do sol quiz ser a luz dos olhos. O mar banhando a terra quiz ser lagrima banhando um coração. A rocha bruta quiz ser justiça, dôr, amôr, liberdade, o sonho, o ideal.

O ideal não é utopia, mas sim a propria realidade sublimada, a força moral que aperfeiçôa; é a carne e o sangue da esperança, a razão superior da vida, que lhe dá beleza e alegria.

Eis o ideal que deve inspirar as almas juvenis na obra reconstructiva de Portugal, sobre os seus proprios alicerces. E Portugal compreendido e amado, viverá.

2. António Sérgio

A Opinião Americana perante a Guerra

A Águia, n.º 37, Janeiro de 1915, pp. 46-48.

Nesta luta, cuja nota fundamental é a rivalidade dos dois germanicos imperios, a Alemanha e a Inglaterra; onde se reconhece em segundo logar o embate dos povos eslavos com os austro-alemães; e onde a chamada nação latina entra como Pilatos no *credo*: nesta guerra viu-se naturalmente investida a terceira grande nação germanica, os Estados Unidos, do papel honroso de juiz, ou arbitro moral dos contendores.

Reconhecer o facto evidentissimo de que foram os interesses economicos que propeliram á carnificina, não é negar que o conflito envolva (assim como todas as acções do homem em sociedade) problemas, consequencias e afirmações de ordem juridica, de natureza moral e religiosa, porisso mesmo que o moral, o juridico, o religioso, andam entretrecidos naqueles interesses, com eles nascem, e não pairam no vácuo como quimeras que não tivessem com os interesses relação alguma. Ora, no ponto de vista do direito ninguem melhor que a nação americana, para cuja população tantos povos concorreram, poderia proclamar os principios cujo sistema constitui o laço *ideal* entre as pessoas, em opposição ao vínculo *material* e *animal* do sangue e da raça, – evidencia que o pseudo-idealismo lusitano não intende: isto é, o conceito de raça não é uma noção *idealista*, *espiritualista*, etc. mas um vinculo material (hoje aliás não correspondente a nenhuma realidade) o qual nos cumpre obliterar para o substituir definitivamente pelos vinculos ideais da moral, do direito, da religião, como Cristo e Socrates ensinaram e como Kant sistematizou exactamente, dando-lhes por fundamento a liberdade. E já agora digamos entre parentesis que outro absurdo é declamar, contra o aspecto industrial do presente conflito, inoportunas frases bergsonianas sobre o “espírito criador”, como se o desenvolvimento industrial, e a correspondente invenção mecanica, não constituísse precisamente uma grande manifestação de faculdade criadora, – banalidade que aquele mesmo autor que fornece as frases seria o primeiro a proclamar, pois foi ele quem escreveu na sua *Evolução Criadora*:

“Dans des milliers d’années, quand le recul du passé n’en laissera plus apercevoir que les grandes lignes, nos guerres et nos révolutions compteront pour peu de chose, à supposer qu’on s’en souvienne encore ; mais de la machine à vapeur, avec les inventions de tout genre qui lui font cortège, on parlera peut-être comme nous parlons du bronze et de la pierre taillée ; elle servira à définir un âge.³¹” (Pobre materialão do snr. Bergson! Pobre “vitima simpatica” da máquina a vapor!).

³¹ *Évolution créatrice*, 1.ª ed. pag. 150-151. (Nota de rodapé no original.)

Alheio como Portugal esteve á grandissima revolução que a máquina a vapor suscitou, revolução que produziu o mundo moderno e uma das eras fundamentais da historia da humanidade, como diz o filosofo no trecho citado, não admira que aos legitimos representantes do português historico, aos filhos espirituais dos desembargadores e repentistas, dos *outeiros* e da marmelada, custe a compreender que o trabalho industrial não significa simplesmente um acrescimo de riqueza, mas a única base sólida, o único meio de eficacia, para a libertação, moralização e espiritualização do nosso povo. Transformar um agregado de devaneadores e parasitas numa comunidade de trabalhadores, não é unicamente aumentar a produção: é outrosim moralizar a sociedade. As acções materiais do homem teem tambem alcance moral, e o trabalho material moraliza e tonifica, ao passo que em ultima analise desmoralizam e entorpecem os devaneios eterealistas, e os palavriados mais “gasosos”. Por ideais que todos os gazes nos pareçam, muitos são nocivos e cheiram mal, e se certos idealismos são individualmente respeitaveis, eles não deixam de ser produtos de decomposição duma sociedade.

Mas voltemos aos americanos. A eles, como disse, impendia por circunstancias especiais o afirmar perante os factos os principios do direito; e se uma declaração colectiva é contraria aos deveres da neutralidade, veio felizmente substitui-la o juizo pessoal de um homem representativo. Tal foi a longa declaração do professor Eliot, presidente da Universidade Harvard, da qual citaremos uma pequena parte, que mais directamente nos interessa por seu alcance pedagogico, e que apontariamos como texto de exercicio a todos os professores de instrução civica, em todos os países.

Começa o professor Eliot por enumerar quais os pontos em que a opinião americana simpatiza com a Alemanha. Entre esses cumpre citar “a homenagem sem reservas que o povo americano consagra ao desenvolvimento da industria e do comercio da Alemanha nos ultimos quarenta anos, considerando-o como fruto de um espirito de empreendimento superiormente dirigido; em segundo logar, o reconhecimento para com a nação alemã pela obra magnifica desde ha um seculo realizada no dominio das sciencias, das letras e da instrução publica; e em terceiro, o respeito que lhe merece a administração alemã, maravilhosamente ordenada, e digna de admiração com a unica reserva dos casos em que os seus resultados sejam obtidos por uma restricção ou supressão inadmissivel da liberdade individual.”

Depois disto, explica o professor Eliot porque, não obstante, se pronuncia a opinião americana em favor dos aliados. Recorto aquilo que me parece constituir uma oportunnissima lição de verdadeira democracia:

“A todo o americano que pensa e ajuiza, – diz o ilustre professor, – a concepção politica que faz da força das armas o fundamento da verdadeira grandeza de uma nação afigura-se como erronea, e, se domina por muito tempo, como degradante para um povo cristão. Estamos convencidos de que os Estados Unidos podem pretender ao titulo de grande nação, mas que a sua grandeza é

devida a forças intelectuais e morais, exercendo a sua acção por meios materiais correspondentes, e manifestadas pelo nível da instrução, da ordem pública, do desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio, e a prosperidade geral que de aí resulta. Nenhuma experiência da sua história tende a fazer considerar ao povo americano a força militar como uma condição de real grandeza nacional...”

Assim reza a primeira declaração de princípios que desejamos salientar; a segunda é a seguinte:

“Não podemos admitir que decisões graves, relativas á política exterior de uma nação, lhe sejam impostas por um poder executivo permanente, baseado na opinião secreta de diplomatas de carreira que se consideram como representantes pessoais dos soberanos respectivos. O povo dos estados Unidos não tem executivo permanente, e a diplomacia não é nele uma carreira profissional. *Na conduta dos negocios nacionais repele sobretudo o segredo, e está acostumado a exigir e a obter do seu governo a publicidade mais completa possível. O segredo nas relações diplomaticas e nos acordos internacionais é, aos olhos da maioria dos americanos, não sómente inoportuno, mas perigoso e injustificavel.*”

Creio estes dois periodos, se suficientemente meditados, de interessantissima lição. O primeiro tema, apesar de banalizado em todos os tons, não entrou ainda nas consciências tão profundamente como devia, e em especial pelo que respeita á apreciação dos factos históricos; mostra-nos o segundo que um procedimento fundamentalmente contrario ao governo democratico é pretender suggestionar um povo a decisões de gravidade por meio de excitantes declamatorias e ferroadas, como á besta cansada no anfiteatro, em vez de lhe expor os problemas e de lhe patentear os elementos da sua resolução. Donde se infere quão hediondo é intentar obter essa decisão não só escondendo sistematicamente as negociações diplomaticas, mas impingindo sistematicamente a mentira. Certos povos são tratados ás vezes por seus donos como o toiro no redondel: o que se quer é que marrem, para que entre oiro na bilheteria.

Nota

^a Charles William Eliot (1834-1926), que tinha sido presidente da Universidade de Harvard durante quarenta anos (1869-1909), foi um dos mais destacados propagandistas americanos a favor dos Aliados.

3. João de Barros

Os Escritores Portugueses e a Guerra

O Mundo, 10 de Julho de 1915, p. 1.

A palavra do poeta comunicada á multidão
é um acto, tal como o gesto de Hervé.^a
Gabriele d'Annunzio

Creio que ninguém taxará de prematuras as palavras claras que desejo escrever – sobre a atitude dos artistas e intelectuais portugueses em face da guerra europeia.

Palavras rapidas e simples – mas que me parecem necessarias, como indispensavel esclarecimento exigido pela consciencia nacional. Porque é pelo menos estranho que os naturais mestres e orientadores da opinião só respondam á ansiedade publica com incerteza, silencio e receio. estamos, com efeito, a um anno quasi do inicio da guerra. Durante esse longo periodo, angustioso e cruel, deram-se bastantes factos nos países em luta para que não exista já a menor duvida sobre a natureza do conflito: – não são países diversos que se batem; são duas civilizações antagonicas que se degladiam, tendo como mentoras supremas de um lado a França, do outro lado a Alemanha. Quer dizer: – de um lado os latinos; do outro os germanos. Afirmção banal? De certo. Mas correspondendo á *única realidade*. E só quem não vê essa realidade, aliás flagrante, pode censurar a resolução da Italia, atribuindo a um pensamento desleal o que foi sómente a compreensão nitida dos seus deveres e o respeito profundo pelas suas tradições.^b Ainda que a Italia mentisse á fé dos tratados – e não o fez – essa mentira seria infinitamente menos grave do que essa outra, terrivel, de mentir á sua propria aspiração colectiva. Ao desencadear formidavel de uma guerra de ideais – ou em que o ideal de uma civilização está em perigo e em combate – desaparecem as razões de interesse mesquinho e de conveniencia imediata. E era nesses interesses e nessas conveniencias que se baseava a aliança entre a Alemanha e a Italia. Como pensar em mante-la perante a conflagração actual que, se algum aspecto definido nos mostra, é o de pura defeza do ideal latino, da alma latina, da sensibilidade latina, do sonho latino?

Em Portugal – país integrado na civilização latina, vivendo nella e por ella vivendo – varios motivos, que não vem para aqui discutir, teem impedido a nossa participação na guerra. O Estado é neutral, o governo é neutral. O nosso exercito não partiu a defender os aliados nos campos de batalha da Europa – ainda que fosse obrigado a defender-se das investidas alemãs em Africa. No emtanto, somos neutrais. Somo-lo talvez com vergonha. Mas certamente, os superiores interesses da politica internacional forçam-nos por certo a esta vergonhosa neutralidade. Não

o discutamos, pois. Simplesmente, não é a politica internacional que prende e pauta a atitude de um país inteiro. Não o faz, nem o pode fazer, nem o deve fazer. O povo bem o sabe – e manifestou-se logo pelos aliados com uma intuição admiravel do lugar que Portugal merece entre as nações latinas. Acompanhando o povo – quem vêmos nós, porém? Alguns politicos, e dos mais notaveis, sem duvida – o que foi bom. Mas nenhum dos nossos grandes escritores, nenhum dos nossos grandes poetas, nenhum dos nossos grandes artistas, o que seria optimo e, sobretudo, compreensivel e justo. Nem mesmo Junqueiro, o epico genial da *Patria*, disse aquellas palavras de forte e largo vôo que sempre soube dizer nas horas de sofrimento colectivo ou de ansiedade civica – para consolação e gloria dos seus compatriotas. Os novos tambem se não manifestaram: – das quatro ou cinco revistas literarias e artisticas que existem em Portugal nenhuma dellas tomou a iniciativa de um movimento intelectual em que o nosso mor pela França e pela causa que ella defende resaltasse com entusiasmo e paixão. Uma ou outra manifestação individual perdeu-se no meio da indiferença de todos. E verifica-se este facto assombroso e triste: num país onde a literatura e a arte teem sempre recebido, e continuam recebendo, os seus melhores ensinamentos e a sua educação da França, não ha a favor da França uma unica manifestação *colectiva* dos representantes legitimos dessa educação, desse ensinamento!

Assim, como uma desesperadora concordancia, nós que não temos podido definir a nossa atitude guerreira em face da guerra, não definimos tão pouco a nossa atitude de pensamento e de sensibilidade em face do conflito de civilizações, que essa mesma guerra exterioriza e, de qualquer modo, sanciona. E quasi se diria que voltámos ao tempo dos Filipes, em que na propria literatura portuguesa se apaga por completo o eco prodigioso da inspiração patriotica de Camões...

*

* *

Não é tarde, no entanto, para nos explicarmos e definirmos. A criação de uma *Liga pelos aliados*, a exemplo do que se tem feito noutros países, seria uma empresa facil – e suficiente. Quem se recusará a tomar parte nella? Um telegrama enviado pela *Capital* ao rei Alberto^c no dia do seu anniversario indica-nos, pelos nomes que o assinaram, que não faltariam individualidades de valor para efectivar essa iniciativa. Não faltaria Junqueiro, sem duvida. Nem Lopes de Mendonça. Nem José Caldas. Nem Affonso Lopes Vieira, que soube sempre interpretar a alma oculta do nosso lirismo e tão amigo é da clareza latina. Nem Julio Dantas, que ultimamente tem celebrado com erudição as nossas glorias nacionais e cujo elegantissimo equilibrio da prosa o torna um descendente directo dos estilistas gauleses. Nem Augusto Gil, que na sua obra faz palpitar por vezes a alma portuguesissima de João de Deus. Nem Manuel de Sousa Pinto, o critico de D. João

de Castro. Nem Julio Brandão. Nem José de Figueiredo, o descobridor de Nuno Gonçalves. Nem Teixeira de Pascoais. Nem tantos outros, nem todos aquelles que em Portugal representam uma força de intelligencia e de sensibilidade. Nenhum delles, eu adivinho-o, como nenhum dos artistas portuguezes, mestres ou aprendizes em qualquer dominio da Arte, terá a menos hesitação em afirmar que sabe e não esquece quanto deve á França, ao seu genio, á sua disciplina mental, á suas inovações esteticas, á sua perpetua vibração de progresso e de beleza. Antes sentiriam que nesta hora de tão aflita amargura para a nação fraternal e orientadora, o mais elementar dever de honra nos impõe essa manifestação colectiva, como um amparo e um apoio moral que lhe levará, com a nossa gratidão, a nossa admiração antiga e sempre renovada, e o nosso carinho, cada vez maior, perante o seu dolorosissimo esforço e o seu heroismo formidavel e nobilissimo.

*

* *

Estas são as palavras que eu desejava dizer aos meus camaradas de arte – porque, singelamente o confesso, pesava-me guardá-las no fundo do coração, e sobretudo me pesava a attitude dubia que parecíamos aceitar. Todo o escritor tem uma missão intelectual a cumprir, e é o futuro quem aprecia e julga se elle o cumpriu ou não. O que diriam de nós as gerações vindouras – o que diriam os nossos filhos – se alguma vez se lembrassem do silencio que temos adoptado, num momento em que perante a Historia se esclarecem responsabilidades e se combatem civilizações? Por muito humilda que seja o meu nome literario, seria um vexame que elle parecesse esconder ou disfarçar uma situação equivoca, como se eu não soubesse gritar bem alto a minha inteira adesão á cultura de que recebemos inspirações e força, á civilização de que me considero um apagado, mas conscientissimo herdeiro.

Escrevo num jornal politico e eu-mesmo pertenço a um partido politico. Não se atribuam, porém, estas palavras senão ao poeta, bom ou mau, que sou, e ao patriota que tenho procurado ser. Como Poeta – ninguem extranhará que eu defenda um ideal, o ideal da minha raça e da historia do meu país. Como patriota – creio que não exagero afirmando que a independencia material, moral e intelectual da terra lusitana só a garante a victoria dos aliados. Digo-o sem subtilezas e com uma simplicidade que reconheço sem brilho. Quero só acordar almas para uma luta comum, e pedir a quem fôr mais digno dessa missão, que reuna todas as consciencias dos escritores, dos artistas e dos intellectuais portuguezes em volta da aspiração maior que devemos possuir – fortalecer a vida nacional pela completa, intima, comprehensiva adaptação ao ideal latino. É seguramente licito admirar a Alemanha e o seu incontestavel desenvolvimento e poderio. Mas é um crime corromper ou macular a harmonia das nossas tradições e da nossa existencia

colectiva com a adesão a essa cultura inacessível á nossa sensibilidade, porque se exprime só por duas palavras, decerto belas: *metodo* e *disciplina*; enquanto que a nossa se condensa noutras palavras ainda mais belas, e em que as duas primeiras afinal se conteem: sinceridade, ternura, amor...

Notas

^a Gustave Hervé foi um socialista francês que em 1914 renegou o seu antimilitarismo e pacifismo, passando para uma posição ultranacionalista e de apoio à guerra. Tornou-se mais tarde um apoiante do fascismo e do nacional-socialismo.

^b Em Maio de 1915, a Itália abandonou a sua posição de neutralidade e decidiu entrar na guerra ao lado dos Aliados.

^c Alberto I da Bélgica, que reinou entre 1909 e 1934.

4. Fernando Pessoa

Textos da resposta de Fernando Pessoa ao apelo de João de Barros

4.1. [Em “O Mundo”, de 10 d’este Julho...]

Em “O Mundo”, de 10 d’este Julho, publicou o sr. João de Barros, a propósito da Guerra, um apelo aos escriptores portuguezes. O appêlo era para que, embora Portugal tivesse (por razões diplomaticas) de não intervir na guerra, elles, representantes pela intelligencia da raça portugueza, declarassem bem alto que estão ao lado dos alliados na presente contenda. O sr. João de Barros justificava este apelo, não só pela necessidade de se sahir do silencio em que, até agora, teem jazido os intellectuaes patrios (portuguezes) mas tambem mediante o, conhecido e previsivel, argumento de que Portugal se deve declarar nitidamente compartilhador espiritual das aspirações e da causa dos alliados, vistos o seu caracter de povo “latino”, o facto de que os aliados luctam “pela liberdade e pela justiça”, pela civilização “latina”, e por outras cousas já nossas conhecidas em estas conjuncturas dialecticas (opinionativas).

Eu concórdo com a necessidade, que o sr. João de Barros opportunamente apontou, de que os intellectuaes portugueses saiam do seu silencio. Concordo com que, sendo elles – por sua natureza de intellectuaes – os orientadores-natos da gente da sua raça, devam, na conjunctura civilizacional presente dizer qualquer cousa, assentar quaesquer principios. Levo mais longe do que uma mera concordancia o meu assentimento á observação do sr. João de Barros. Acho que é chegada a hora de se dizer alto e claro ao povo portuguez qual é a *verdade portuguesa*³² sobre a guerra, isto é, qual seja a attitude genuinamente e relevantemente nacional que deve surgir perante o aspecto que toma o actual conflicto.

Tanto mais concordo com a urgencia d’esta necessidade quanto me parece que nella está envolvida a mais larga urgencia, que ha, de aclarar um pouco ao povo portuguez qual deva ser, em boa logica nacional, o sentido do seu destino. E reforça-se em mim o desejo de trazer qualquer contribuição a este assumpto, quanto mais pondero que até agora este povo não tem sido senão victima de ludibrio baixo e reles de politicos sem character, de dirigentes sem intelligencia e de jornalistas sem patriotismo nem cultura – o que importa muito para um povo que, mesmo nas suas camadas ditas “superiores”, pouco vae além do jornal no seu trato intelligente com as cousas hodiernas.

Proponho-me demonstrar – em contrario do sentido do apelo do sr. João de Barros – que a alma portugueza deve estar com a sua irmã, a alma germanica,

³² verdade portuguesa] estas duas palavras estão dactilografadas a vermelho.

na guerra presente. Antes de mais nada, indicarei quaes os pontos que não trato neste breve opusculo, quer porque sejam de algum modo extranhos ao seu ambito, quer porque sejam de uma ou outra maneira desnecessarios ao seu fim.

Como o sr. João de Barros no seu artigo, não me preocupará o problema da nossa participação na guerra. Duas razões me conduzem a esta abstinencia. A primeira é que, paiz pequeno, fraco e desgovernado (por dois regimens de impostores e de ladrões)³³, paiz collocado fóra do theatro directo da guerra, a nossa acção militar ou outra nada traria por si de util á solução, guerreira ou outra, do problema. Nada pesamos na balança das forças efficientes e porisso qualquer consideração sobre a nossa devida attitude espiritual não pode envolver uma necessidade de que essa attitude passe de espiritual a activa. – A segunda razão é que – posto pois o problema da nossa intervenção na guerra apenas como problema de conveniencia nacional – era preciso para determinar tal conveniencia, ou negal-a, que eu conhecesse qual é, deveras, a nossa situação internacional, e eu não a conheço. – Resta a terceira razão; e essa, embora em si de pouco pêso, é a de mais directo relevo para o assumpto que tracto. É que, como desde-logo o notou o sr. João de Barros, sujeito tambem porventura á consideração das duas razões que aponte, não se tracta de determinar qual deva ser o papel do estado portuguez na actual conjunctura, mas sim qual o dos espiritos portuguezes perante ella. Resumirei portanto o meu esforço – conforme nisto com a justa exigencia limitativa do sr. João de Barros – a demonstrar que espiritualmente, e pelas varias razões que exporei, a alma portugueza deve estar com a alma allemã.

Eu disse que havia duas ordens de cousas, relacionadas com este assumpto, que não tractaria. As primeiras são aquellas que seria desnecessario tractar. A estas me referi no paragraho conclusivo. Resta dizer qual é a outra ordem de cousas – aquellas de que disse que eram propriamente, não desnecessarias, mas extranhas, ao assumpto tal como tenho de o versar.

São duas cousas apenas. A primeira é a hypothese sobre qual deva ser o resultado da guerra, quer material, quer espiritual, civilizacional. Compreende-se bem que importa pouco, para o estudo presente, qual seja o resultado material e immediato da guerra. Esse resultado depende da acção das grandes forças em choque presentemente, e o nosso reduzido nucleo nacional nada tira nem põe, nada pode tirar ou pôr, para o caso. Esse resultado, de outro lado, affectar-nos-ha consoante o estado verdadeiro da nossa situação internacional, e essa, como disse, nem sei qual seja, nem vem para o caso presente, poisque a attitude intellectual, que tomarmos, pouca ou nenhuma importancia pode ter para o que depende apenas da desconhecida situação em que o nosso paiz se encontra internacionalmente collocado. Esse resultado, por ultimo, justamente por se tractar do resultado *material* da guerra, cahe fóra da orbita das nossas considerações, que, versando qual deva ser a nossa attitude espiritual perante esta guerra, ex hypothesi

³³ Parênteses dactilografados a vermelho, significando hesitação.

se não preocupam com os resultados materiais da guerra, senão nos seus prováveis reflexos espirituais, o que nos coloca já na consideração dos resultados espirituais da guerra.

A consideração dos resultados espirituais da guerra toma dois aspectos, conforme nos referimos aos resultados directamente espirituais, ou aos espirituais por reflexo dos materiais □

4.1. BNP/E3, 55A-94: duas páginas dactilografadas a azul numa folha de papel timbrado da firma A. XAVIER PINTO & C.^a | ~~LAVADO, PINTO & C.^a~~. Datável de Julho de 1915. Trata-se da primeira versão da resposta de Fernando Pessoa ao artigo de João de Barros, “Os Escritores Portugueses e a Guerra”, publicado no jornal *O Mundo* de 10 de Julho de 1915. Transcrito pela primeira vez, com erros, em Pessoa (1980: 198-201).

4.2. [*O Mundo*, do dia 10, insere um artigo...]

O Mundo, do dia 10, insere um artigo do sr. João de Barros apelando para os escriptores portugueses, para que se declarem espiritualmente solidários com os aliados na conjuntura guerreira actual.

Lucidamente scinde o articulista em dois elementos a attitude do nosso paiz perante a guerra, quando indica que por ser neutral (em vista de circumstancias da politica internacional) como nação, não deve, por isso, ser neutral como opinião; antes, afirma, compete aos seus escriptores e dirigentes intellectuales (na hypothese de que, entre nós, a intelligencia possa dirigir qualquer cousa) nitidamente vincarem que a causa dos alliados é a de Portugal, ou, pelo menos, a sua.³⁴

Escrevo este artigo para discordar do sr. João de Barros, e para apontar que, longe de a nossa solidariedade espiritual dever estar com os alliados, ella deve, antes, estar com o grande Imperio dos Hohenzollern.

Que politicamente sejamos neutras, está bem; que, neutras que somos, nos vejamos obrigados a seguir uma politica parcial aos alliados, está igualmente bem, pois a isso nos obrigam, tanto a nossa fraqueza como povo, como as nossas conveniencias externas immediatas³⁵, como a nossa situação e os nossos compromissos internacionaes – compromissos, é claro, que excusariam de existir se fossemos fortes, visto que para os fortes não³⁶ ha compromissos nem palavras de honra.³⁷ Mas, sendo assim, obrigando-nos as circumstancias a uma neutralidade

³⁴ Portugal<.>/\ ou, pelo menos, a sua.] *com um acrescento manuscrito depois de «Portugal».*

³⁵ [↑ como as nossas conveniencias externas immediatas] *acrescento manuscrito.*

³⁶ no] *no original.*

³⁷ [← Para que um compromisso valha é preciso que haja a força para o fazer valer, como os tribunales nos compromissos particulares. Sempre a força, no fundo.] [↑ Acima do individuo ha a força do estado. Acima do estado não ha outra força senão a de um estado mais forte. – Onde é que está o tribunal para as nações? Não o ha. O tribunal, a força, é sempre de ordem diversa e mais complexa que aquelle em que manda. Ora acima do Estado não ha nem pode haver nada. Um

favoravel aos aliados (o que ninguem contesta ou deseja que não seja), resta examinar o problema³⁸ que, precisamente, o sr. João de Barros levantou, investigar se ha razões para que, no que intelligencias e espectadores conscientes da guerra, os nossos homens intellectualmente representativos podem, sem erro, ser partidarios da França, da Inglaterra e da Russia.

Logicamente³⁹ trez razões nos poderiam levar a sermos partidarios dos aliados. A primeira é se entre o nosso temperamento nacional e o dos aliados houvesse semelhança; mais semelhança, pelo menos, que entre elle e o dos allemães. A segunda é se devessemos aos aliados grandes favores politicos e nacionaes, não tendo d’elles razões de queixa nacional. A terceira é se, no que influencia recebida civilizacionalmente por nós, devamos mais ou mais uteis cousas aos aliados do que á Allemanha.

Procurarei demonstrar que em todos esses trez pontos, sobre os quaes se pode basear uma sympathia intellectual por estes ou aquelles dos combatentes, é para a Allemanha que a fatalidade do nosso temperamento arrasta a nossa sympathia, como é para ella que nos pode levar a memoria das relações passadas, e o beneficio civilizacional recebido.

Primeiro, o que diz respeito ao nosso temperamento nacional. Somos latinos, dizem. Seremos, se não olharmos ao facto que “povos latinos” é uma expressão anticientifica, sem razão de ser. Deixemo-nos de tal sophisma, pura metaphysica⁴⁰ pre-sociologica. Reportemo-nos á verdade dos factos. O nosso character nacional com qual mais se parece? A nossa acção civilizacional passada a qual mais se assemelha?

Nós não somos, como o povo francez ou o italiano, uma raça tempramentalmente viva e acordada; pesa sobre nós aquella tristeza da raça, que atravessa e sempre atravessou, todas as manifestações da nossa vida, que se espelha em todas as manifestações da nossa literatura. Não somos, como o povo inglez ou o hespanhol, fundamentalmente duros e individualistas; ha em nós adaptabilidade de mais, ternura de mais, sentimentalidade piegas de sobra para que isso possa acontecer. Tampouco nos assemelhamos ao povo russo, cuja tempr mystica de todo destoa do nosso paganismo triste. Só com o povo allemão temos – descontadas as diferenças que o clima apporta – uma semelhança tempramental que, quanto mais o problema se aprofunda, mais nos espanta. O allemão é racialmente e tempramentalmente sentimental, adaptavel, facil de conduzir, confuso na sua ideação sentimentalizada, proprio a existir com superioridade

estado-humanidade é uma utopia, porque não é de *ordem* diferente, como o estado do individuo, [↑ mas [↑ sim] apenas um super-estado, ao passo que o Estado *não* é um super-individuo.] *excursão manuscrito acrescentado na margem esquerda, à altura do trecho em causa, com continuação na margem superior e superior direita.*

³⁸ problema] *no original.*

³⁹ <Nós só podíamos ser> | Logicamente

⁴⁰ metaphysiva] *no original.*

social apenas quando dirigido e disciplinado por uma forte aristocracia. De modo que, nas grandes épocas tanto da história alemã como da nossa, vemos a mesma cousa – a total inversão da sentimentalidade, da fluidez do carácter nacional. Assim, como muito bem notou Bruno (em *O Brazil Mental*), nada pode haver de mais metódico, de mais calculado, de mais scientificamente medido e executado do que as nossas descobertas. E é excusado apontar que, modernamente, nada ha de scientificamente meditado, de calmamente executado, como o Imperio Allemão. De sorte que nos encontramos semelhantes, profundamente semelhantes ao povo allemão; profundamente semelhantes na base temperamental, profundamente semelhantes na inversão de carácter que se produz quando temos que exercer uma grande acção civilizacional. E, tambem, portuguezes como allemães são gente incapaz de agir dentro de regimens com feição democratica; só quando um pulso forte nos toma e nos guia, a uns como a outros, conseguimos fazer qualquer cousa. Um Guilherme de Hohenzollern ou um D. João II, um Bismarck ou um Infante D. Henrique – sem um homem d’estes, com a competente gente que imponha a sua vontade, portuguezes ou allemães nada fazem que dure. Francezes, inglezes, hespanhoes mesmo, podem agir dentro de outros regimens. Nós, portuguezes, e os allemães, ou somos governados por uma aristocracia, ou somos esfacelados por uma oligarchia⁴¹ de carácter demagogico. Isto quanto a temperamento e carácter. Todo o portuguez que toma consciencia do seu lusitanismo deve logo, instinctivamente, sympathisar com os allemães; lembrando-se⁴² de que se elles hoje são pessoalmente, em geral, antipathicos, é como nós o fomos quando fomos alguma cousa. Somos dois povos que só somos sympathicos quando estamos decadentes. Para nós grandeza e sympathia nunca podem ir juntas.

Passemos agora a examinar se, no que diz respeito ao que a memoria politica nos aponta, devamos sympathisar mais com os aliados do que com os allemães. É evidente que a victoria allemã seria para nós uma desgraça, sob o ponto de vista immediato pelo menos. Sabemos todos que a Allemanha nos cobiça as colonias, que nos levou Kionga.^a Mas sabemos tambem que a Inglaterra nos tratou sempre como uma colonia ou um protectorado, que temos sido as suas victimas, que nunca teve por nós, nas suas esferas sociaes representativas, senão desprezo; defendeu-nos varias vezes, para seu interesse, o que é natural, mas não provocador da nossa sympathia. Quanto á França, é preciso que pese sobre nós uma enorme amnesia nacional para que lhe perdoemos as invasões napoleonicas, o caso da barca Charles-et-George^b, a protecção⁴³ dada á projectada invasão hespanhola de 1915^{44c} (em que a França se poz do lado da Allemanha)⁴⁵. Da Russia

⁴¹ oligarchia] *no original*.

⁴² lembrandose] *no original*.

⁴³ <invasão> protecção

⁴⁴ 19<0>5] *no original*. O algarismo “0” foi cortado por barra dactilografada a vermelho, mas não foi substituído por um “1”.

⁴⁵ *No original falta o fecho do parêntese.*

nada, creio, temos que agradecer ou o contrario. Tal paiz não tem estado em contacto algum com o nosso. De sorte que chegamos a esta conclusão: sob o ponto de vista material, temos pouco a agradecer quer a Allemanha, quer á Inglaterra, quer á França, quer á Belgica. A guiar-nos⁴⁶ pelo mal que nos teem pretendido fazer, todos são eguaes para nós, e igualmente odiosos. Se considerarmos o desprezo que por nós teem, consolemo-nos com a consideração de que todos esses povos nos desprezam igualmente. Se pensarmos no mal real e verdadeiro que nos teem feito, é forçoso que se confesse que a Inglaterra e a França teem o primeiro logar na razão de ser do nosso odio. Estivessemos nós governados por outra gente que não por gente⁴⁷ democratica, com o temperamento de escravo e de subdito que é ferrete indelevel do plebeu, e, agindo como as circumstancias exteriores impõem⁴⁸ (porque de outra acção a nossa fraqueza nos prohiibe), saberiamos contudo ter, para com nós proprios, no intimo da alma, o odio e o contra-desprezo pelos inglezes e pelos francezes, por todos quantos nos⁴⁹ teem odiado e pisado pela historia fora.

Accresce que, entre as classes dirigentes dos trez principaes paizes de que se trata – entre os homens de letras, por exemplo – mais facil é encontrarmos sympathias entre os allemães do que entre inglezes e francezes, descontando, é claro, as manifestações de sympathia franceza, que valem o nada que valem em geral as declarações de povo tão radicalmente insincero. Repare-se que não nego que o allemão é, pessoalmente, mais antipathic que qualquer dos outros povos. Viu-se já, porém, como explico isso; como o explico pelo proprio facto de que as condições em que a Allemanha⁵⁰ obtém a grandeza não podem senão tornar antipathicos os seus cidadãos. De resto, quasi todas as grandesas nacionaes tornam antipathicos os nacionaes do paiz engrandecido. Mas a Allemanha e Portugal – vimos – estão no caso especial de não poderem ser grandes sem se tornarem rigidamente duros e antipathicos.

Resta a terceira parte do problema. Quanto a influencia civilizacional – na vida, nas artes, nas letras, a quem, dos que hoje combatem, devemos mais respeito e admiração? Quanto a influencia politica, nunca a recebemos, nitida e extranha ás nossas tradições, senão a da França: triste do portuguez que acha que deve agradecer á França as suas ideas democraticas. Esta⁵¹ desorganisação total do seculo XIX, esta desorganisação cada vez mais anarchica que a Republica nos trouxe, este fermento de plebeismo cada vez mais rude, mais chapado, mais vil – tudo isto, que cada vez mais nos afunda e nos rebaixa no conceito europeu, isto devemos, politicamente, á patria que seria de Napoleão se Napoleão não fosse

⁴⁶ <Se ha differença entre> A guiar-nos

⁴⁷ <p><cre> gente

⁴⁸ impõe] *no original*.

⁴⁹ não] *no original*.

⁵⁰ Almemanha] *no original*.

⁵¹ Este] *no original*.

italiano. Terá esta desorganização profunda em que temos cahido desde que as idéas francezas entraram comnosco um bom resultado final? Talvez tenha, mas se nos dispozermos a reagir contra ella, a sermos portuguezes na nossa politica, na nossa constituição social. Até lá nada temos que agradecer á França senão ter-nos⁵² mandado idéas que só teem servido para tornar a nossa decadencia mais decadente, a nossa desorganização mais desorganizada. Aqui, é claro, não ha comparação possivel com os outros paizes, porque só á França, directamente, devemos influencias politicas. Frizo, porém, que aquellas⁵³ que lhe devemos equivalem a ter de lhe agradecer o ter-nos posto fogo á casa.

Estas idéas, que nos vieram da Revolução Franceza e são francezas (muito embora os neo-monarchicos da Action Française queiram dizer o contrario) na sua forma ultima, datam originalmente da Inglaterra, vindas atravez da formidavel anglophilia que houve em França no seculo dezoito; de modo que o pouco que temos que agradecer á França por este estado politico em que estamos prostrados, um pouco o devemos, para sermos justos, agradecerel-o tambem á Grã Bretanha, *fons et origo* de toda esta trapalhada democratica.

Á Allemanha, neste poncto, nada devemos. De modo que, no que respeita a idéas politicas que viessem influenciar a nossa civilização, só temos – se somos bem portuguezes – que sentir uma cousa: aversão pela França e pela Inglaterra.

Com respeito a outros generos de idéas civilizacionaes, as religiosas e as artisticas, não estamos em melhor situação para poder sympathisar com a França e a Inglaterra. Religião não a devemos á França; devemos-lhe porém, nitidamente⁵⁴, esta ignobil forma de ser parvo a que é costume chamar-se o “livre-pensamento”, como se livre-pensamento⁵⁵ pudesse existir nas plebes, em cuja alma não ha liberdade possivel, que são aquillo a que o Evangelho chama “escravos de nascença”. Esta indisciplina mental produzida pelo modo especial de attitude religiosa que é o atheismo, attitude que tem a tripla desvantagem de ser antiscientifica (porque a sciencia é, de sua natureza extra- e não anti-religiosa), de ser inapplicavel ás classes baixas da sociedade (incapazes de tomar uma attitude que não seja fundamentalmente religiosa, porque incapazes de pensamento abstracto e de comprehensão scientifica), e de ser fundamentalmente anti-nacional dado o character mystico (se bem que pagão) da nossa Raça, em que o atheismo é uma violencia ao seu temperamento, uma sua escravisação ao estrangeiro.

Assim, nós só devemos á França, no largo campo civilizacional, o ter-nos envenenado com ideas politicas e religiosas que teem actuado dissolventemente sobre nós, desorganizando a nosse pobre Patria já desorganizada, perturbando a já perturbada nossa consciencia nacional.

⁵² Falta o hífen, que deveria situar-se na transição da página 21r para 21v.

⁵³ aquelles] *no original*.

⁵⁴ bitidamente] *no original*.

⁵⁵ livrepensamento] *no original*.

Finalmente, quanto a idéas literarias. Deixo de lado as ideas “artísticas”, porque o portuguez é incapaz de outra arte que não seja a literatura, com relevo. Só temos⁵⁶ na nossa historia dois periodos que marcam. O periodo á roda de Camões, e aquelle que, esboçando-se com Garrett e Herculano (figuras indecisas, ainda assim) veiu attingir a sua plena consciencia com Anthero e Guerra Junqueiro. E de então para cá gradualmente se tem vindo desenvolvendo a attitude metaphysica basilar nesse movimento, até chegar a Teixeira de Pascoaes, o mais complexo representante, da corrente literaria puramente nacional. A quem devemos estas influencias literarias beneficas? A primeira devemol-a á Italia, e, se de algum modo foi benefica, não o foi completamente. De tal modo differe a alma italiana da nossa, o paganismo typico do italiano do nosso paganismo typico, que a influencia⁵⁷ italiana na Renascença redundou numa desnacionalização da nossa literatura. De ahi o seu rapido enfraquecimento, e o seu desequilibrio mesmo em Camões – o qual comtudo, se bem que não seja o maior dos nossos poetas (logar que compete a Junqueiro) foi um grande Poeta.

Os seculos que passaram entre esse tempo e o tempo de Anthero levámo-los arrastando uma pseudo-literatura que só os socios de Academias podem ter por legivel. Surgiu afinal o romantismo, e começaram a apparecer entre nós figuras literarias de mais destaque. O movimento romantico entre nós segue trez estádios: o do pre-romantismo (erroneamente designado como simplesmente “romantismo”) que é o de Garrett e Herculano; o que vae de Anthero a Antonio Nobre; e o que vem de Nobre até Pascoaes. Não fallo da recentissima corrente do *Orpheu* para não alarmar os idiotas.

Ora o movimento romantico no seu primeiro estádio partiu mais de influencias inglezas do que de outras. Onde teve origem o romantismo inglez? Em parte em fontes nacionaes, ressuscitadas, em parte, em grande parte, no romantismo allemão. – De modo que, neste periodo menor do romantismo portuguez, somos devedores á Inglaterra e á Allemanha para além d’ella. – No segundo estádio, o de Anthero a Nobre, temos egualmente que ir agradecer á Allemanha a sua influencia; quer directamente, como no caso do germanizado Anthero, quer indirectamente, como no caso, por exemplo de Junqueiro, cuja influencia em Hugo, se prende, por detraz d’este com as influencias germanicas que geraram todo o romantismo francez e áquelle portanto.

Mas a metaphysica do nosso romantismo cresce e abre, até chegar a Pascoaes. Aqui attingimos a plena consciencia nacional literaria; ora qual é o poeta que mais se assemelha a pascoaes? O allemão Novalis. Ha phrases que podiam ser de qualquer dos poetas. A semelhança entre o romantismo allemão e a nossa melhor poesia recente é das mais flagrantes. Ella confirma aquillo que já disse: que o fundo do character é parecidissimo em ambas as raças.

⁵⁶ temod] *no original*.

⁵⁷ influencias] *no original*.

Por ultimo, vejamos qual a mentalidade que nos convém para influencia. Já vimos qual a nossa semelhança com os allemães. Quanto mais nos tornarmos identicos ao povo allemão, mais seguiremos na chamada “senda do progresso”.

Precisamos crear uma adaptação ao pensamento germanico.

Nova Minerva! Mãe solemne e augusta do pensamento e da disciplina, grande imperio construido a sangue e fogo, glorioso de dureza e de impassibilidade! Fôsse a visctoria possivel, e pudesse a mão germanica esmagar estes restos decadentes de uma latinidade imbecil, para alguma cousa aprendesse a ressurgir e a viver.

4.2. BNP/E3, 135-20^r a 22^r: cinco páginas dactilografadas a azul, numeradas de [1] a 5, com acrescentos manuscritos no corpo do texto e nas margens esquerda e superior da primeira página. Datável de Julho de 1915. Inédito. Trata-se da segunda versão da resposta ao artigo de João de Barros, “Os Escritores Portugueses e a Guerra”. É um texto mais longo e completo do que o da primeira versão, mas os acrescentos manuscritos feitos sobre esta versão e a existência de um terceiro texto (cf. 4.3.), que desenvolve temas aqui abordados, são indícios que apontam para o seu carácter inacabado.

Notas

^a Kionga, ou Quionga, uma povoação do Norte de Moçambique situada na fronteira com a África Oriental Alemã, foi ocupada em Junho de 1894 por uma força naval alemã. O posto de Quionga e o território envolvente (“Triângulo de Quionga”) seriam reocupados por forças portuguesas durante a Grande Guerra (1916) e oficialmente reintegrados no território de Moçambique (1920).

^b *Charles et George* era um navio francês cujo aprisionamento em 1857 pela Armada portuguesa, nas águas de Moçambique, sob a acusação de envolvimento no tráfico de escravos, esteve na origem de um incidente diplomático entre Portugal e a França. O incidente, em que a Inglaterra se colocou do lado da França, foi sanado humilhanamente com a devolução por Portugal do navio às autoridades navais francesas e pelo pagamento de uma indemnização.

^c Quando da revolução de 14 de Maio de 1915, Madrid enviou uma esquadra de quatro navios para o Tejo, com a alegada finalidade de proteger a embaixada e a numerosa colónia espanhola de Lisboa, dando origem a especulações sobre uma projectada invasão de Portugal. Desde o início desse ano, corriam também rumores que a Alemanha teria prometido Tânger, Gibraltar e Portugal à Espanha, em troca da neutralidade desta durante a guerra.

4.3. Resposta ao apelo de J[oa]o de Barros⁵⁸

Quanto mais aprofundarmos o assumpto, maiores apparecerão as semelhanças, mais claras as razões para que a nossa approximação espiritual seja com a Allemanha, e não com os aliados.

Reportemo-nos ao papel civilizacional dos dois paizes. Já vimos que esse papel envolveu, em ambos os casos, uma identica inversão do character nacional, em ambos os casos um conceito methodico e organizado da obra civilizacional. Outras, flagrantes, semelhanças existem.

Para o Portugal presente, opprimido e esbatido, como para a Allemanha humilhada do principio do seculo passado, o que existe que os levante é uma

⁵⁸ Epígrafe dactilografada a vermelho.

tradição de imperio, e, em ambos os casos, uma tradição inteiramente quebrada e envilecida. Em ambos os casos se dá um phenomeno curioso, evocador d'essa tradição atravez d'um curioso sentimento de mysticismo nacional. No caso da Allemanha é a lenda de Frederico Barbarossa, morto em viagem para o Oriente, e que espera o dia em que, voltando, ha-de restituir á sua Patria o imperio e a grandeza. (Q. Rückert.) Assim, entre nós, da nossa grandeza ida, do nosso imperio morto, ficou a lenda mystica e nacional, de D. Sebastião, o qual tambem, para além de nós, espera a hora em que regresse para nos restituir a nossa grandeza. Ambas as lendas – bem sei – integram-se, segundo o delirio analógico de certos estudiosos magros d'estes assumptos, na lenda antiquissima do Rey Arhtur. Mas isso é a apparencia illusoria. O facto essencial é que, no caso da Allemanha, como no de Portugal, ha bases concretas nacionaes para [que] a lenda surgisse. Barbarossa e D. Sebastião – a semelhança mystica e nacional das duas figuras é de ordem a fazer pensar, sobretudo quando ella se sobrepõe ás outras semelhanças essenciaes, que já vimos, entre os caracteres basicos das duas nações.

A mais nitida obra civilizacional allemã do passado foi a Reforma. Se virmos em que condições nacionaes essa obra se deu, não será difficil ver que ellas se approximam, flagrantemente, d'aquellas em que se deram as descobertas, salvo a superior orientação methodica e scientifica d'estas, analogas já não á obra allemã na Reforma, mas ao desenvolvimento organizado do actual Imperio Germanico. Mas ahi ha um factor que tudo explica – a nitida individualidade do nosso paiz, individualidade nitida que não existia nos dispersos estados da Allemanha quando Luthero surgiu. – Aquella semelhança, porém, a que iamos alludir é a da confusão civilizacional em que as duas obras se realisaram. Portugal, se bem que nacionalidade nitida, era nacionalidade emergente; tanto assim que foi facil, logo que entrou em decadencia, ligal-o á Hespanha. Semelhantemente, na Allemanha da Reforma, a acção *allemã*⁵⁹ é nitida, mas a cohesão nacional confusa. Mas, nos dois casos, a obra civilizacional realisada ficou como tradição espiritual, como base para a construcção da nacionalidade futura.

4.3. BNP/E3, 55H-82^r: uma página dactilografada a azul e vermelho. Datável de Julho de 1915. Trata-se de um texto de desenvolvimento de um tópico abordado na segunda versão da resposta de Fernando Pessoa ao artigo de João de Barros, “Os Escritores Portugueses e a Guerra”, publicado em *O Mundo* de 10 de Julho de 1915. Publicado pela primeira vez em Pessoa, 1980: 201-203.

⁵⁹ alemã] palavra dactilografada a vermelho.

Nós não somos, como o povo francez ou o italiano, uma raça temperamentalmente viva e acordada; pesa sobre nós aquella tristeza da raça, que atravessa e sempre atravessou, todas as manifestações da nossa vida, que se espelha em todas as manifestações da nossa literatura. Não somos, como o povo inglez ou o hespanhol, fundamentalmente duros e individualistas; ha em nos adaptabilidade de mais, ternura de mais, sentimentalidade piegas de sobra para que isso possa acontecer. Tampouco nos assemelhamos ao povo russo, cuja temprá mystica de todo destoa do nosso paganismo triste. Só com o povo allemão temos - descontadas as differenças que o clima aporta - uma semelhança temperamental que, quando mais o problema se aprofunda, mais nos espanta. O allemão é racialmente e temperamentalmente sentimental, adaptavel, facil de conduzir, incapaz de individualismo, pouco tendente a ter opiniões proprias, confuso na sua ideação sentimentalizada, proprio a existár com superioridade social apenas quando dirigido e disciplinado por um forte aristocracia. De modo qua, nas grandes epochas tanto da historia allemã como da nossa, vemos a mesma cousa - a total inversão da sentimentalidade, da fluidez do caracter nacional. Assim, não muito bem notou Bruno (em "O Brazil Mental"), nada pode haver de mais metódico, de mais calculado, de mais scientificamente medido e executado do que as nossas descobertas. E é excusado apontar que, modernamente, nada ha de scientificamente meditado, de calmamente executado, como o Imperio Allemão. De sorte que não encontramos semelhantes, profundamente semelhantes ao povo allemão; profundamente semelhantes na base temperamental, profundamente semelhantes na inversão de caracter que se produz quando temos que exercer uma grande acção civilizacional. E, tambem, portuguezes como allemães são gente incapaz de agir dentro de regimens com feição democratica; só quando um pulso forte nos toma e nos guia, a uns como a outros, conseguimos fazer qualquer cousa. Um Guilherme de Hohenzollern ou um D. João II, um Bismarck ou um Infante D. Henrique - sem um homem d'estes, coma competentes gente que imponha a sua vontade, portuguezes ou allemães nada fazem que dure. Francezes, inglezes, hespanhoes mesmo, podem agir dentro de outros regimens. Nós, portuguezes, e os allemães, ou somos governados por uma aristocracia, ou somos esfacelados por uma oligarchia de caracter demagogico. Isto quanto a temperamento e caracter. Todo o portuguez que toma consciencia do seu lusitanismo deve logo, instinctivamente, sympathisar com os allemães; lembrando-se de que se elles hoje são pessoalmente, em geral, antipathicos, é como nós o fomos quando fomos alguma cousa. Somos dois povos que só somos sympathicos quando estamos decadentes. Para nós grandeza e sympathia nunca podem ir juntas.

Passemos agora a examinar se, no que diz respeito ao que a memoria politica nos aponta, devamos sympathisar mais com os alliados do que com os allemães. É evidente que a victoria allemã seria para nós uma desgraça, sob o ponto de vista immediato pelo menos. Sabemos todos que a allemanha nos cobiga as colonias, que nos levou Kionga. Mas sabemos tambem que a Inglaterra nos ~~xxxxxxx~~ tratou sempre como uma colonia ou um protectorado, que temos sido as suas victimas, que nunca teve por nós, nas suas espheras sociaes representativas, senão desprezo; defendeu-nos varias vezes, para seu interesse, o que é natural, mas não provocador da nossa sympathia.

Fig. 8. BNP/E3, 135-20'.

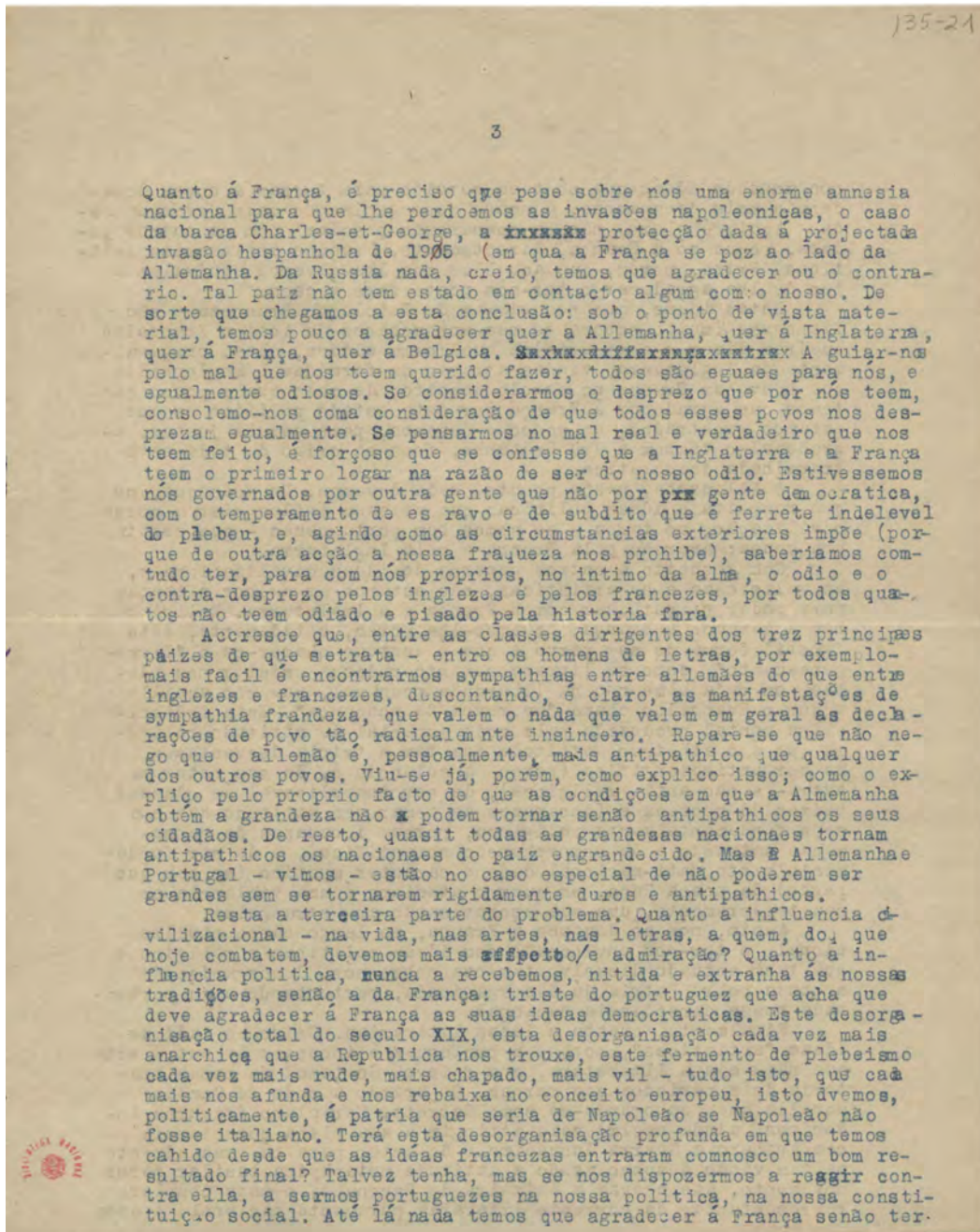


Fig. 9. BNP/E3, 135-21'.

nos mandado idéas que só teem servido para tornar a nossa decadencia mais decadente, a nossa desorganisação mais desorganizada. Aqui, é claro, não ha comparação possível com os outros países, porque só a França, directamente, devemos influencias politicas. Frizo, porém, que aquelles que lhe devemos equivalem a ter de lhe agradecer o ter-nos posto fogo á casa.

Estas idéas, que nos vieram da Revolução Franceza e são francezas (muito embora os neo-monarchicos da Action Française queiram dizer o contrario) na sua forma ultima, datam originalmente da Inglaterra, vindas através da formidavel anglophilia que houve em França no seculo dezoito; de modo que o pouco que temos que agradecer á França por este estado politico em que estamos prostrados, um pouco o devemos, para sermos justos, agradecer-lhe também a Grã Bretanha, fons et origo de toda esta trapalhada democratica.

Á Allemanha, neste ponto, nada devemos. De modo que, no que respeita a idéas politicas que viessem influenciar a nossa civilização, só temos - se somos bem portuguezes - que sentir uma cousa: aversão pela França e pela Inglaterra.

Com respeito a outros generos de idéas civilizacionais, as religiosas e as artisticas, não estamos em melhor situação para poder sympathisar com a França e a Inglaterra. Religioso não a devemos a França; devemos-lhe porém, bitidamente, esta ignobil forma de ser parvo a que é costume chamar-se o "livrepensamento", como se livrepensamento pudesse existir nas plebes, em cuja alma não ha liberdade possível, que são aquillo a que o Evangelho chama "escravos de nascença". Esta indisciplina mental produzida pelo modo especial de attitudo religiosa que é o atheismo, attitudo que tem a tripla desvantagem de ser antis científica (porque a sciencia é, de sua natureza extra- e não anti-religiosa), de ser inapplicavel ás classes baixas da sociedade (incapazes de tomar uma attitudo que não seja fundamentalmente religiosa, porque incapazes de pensamento abstracto e de comprehensão scientifica), e de ser fundamentalmente anti-nacional dado o character mystico (se bem que pagão) da nossa Raça, em quem o atheismo é uma violencia ao seu temperamento, uma sua escravisação ao estrangeiro.

Assim, nos só devemos a França, no largo campo civilizacional, o ter-nos envenenado com idéas politicas e religiosas que teem actuado dissolventemente sobre nós, desorganizando a nossa pobre Patria já desorganizada, perturbando a já perturbada nossa consciencia nacional.

Finalmente, quanto a idéas literarias. Deixo de lado as idéas "artisticas", porque o portuguez é incapaz de outra arte que não seja a literatura, com relevo. Só temos na nossa historia dois periodos que marcam. O periodo á roda de Camões, e aquelle que, esboçando-se com: Garrett e Herculano (figuras indecisas, ainda assim) veio attingir a sua plena consciencia com Anthero e Guerra Junqueiro. E de então para cá gradualmente se tem vindo desenvolvendo a attitudo metaphysica basilar nesse movimento, até chegar a Teixeira de Pascoaes, o mais complexo representante, da corrente literaria puramente nacional. A quem

Fig. 10. BNP/E3, 135-21r.

135-22

5

devemos estas influencias literarias beneficadas? A primeira desenvolve-a á Italia, e, se de algum modo foi benefica, não o fôz completamente. De taã modo differe a alma italiana da nossa, e o paganismo typico do italiano do nosso paganismo typico, que a influencia italiana na Renascença redundou numa desnacionalisação da nossa literatura. De ahí o seu rapido enfraquecimento, e o seu desequilibrio mesmo em Camões - o qual comtudo, se bem que não seja o maior dos nossos poetas (logar que compete a Junqueiro) foi um grande Poeta.

Os seculos que passaram entre esse tempo e o tempo de Anthero levamo-los arrastando uma pseudo-literatura que só os socios de Academias podem ter por legivel. Surgiu afinal o romantismo, e começaram a apparecer entre nos figuras literarias de mais destaque. O movimento romantico entre nos segue tres estádios: o do pre-romantismo (erroneamente designado como simplesmente "romantismo") que é o de Garrett e Herculano; o que vae de Anthero a Antonio Nobre; e o que vem de Nobre até Pascoaes. Não fallo da recentissima corrente de "Orpheu" para não alarmar os idiotas.

Ora o movimento romantico no seu primeiro estádio partiu mais de influencias inglezas do que de outras. Onde teve origem o romantismo inglez? Em parte em fontes nacionaes, ressuscitadas, em parte, em grande parte, no romantismo allemão.-De modo que, neste periodo, menor do romantismo portuguez, somos devedores á Inglaterra e á Allemanha para além d'ella. - No segundo estádio, o de Anthero a Nobre, temos egualmente que ir agradecer á Allemanha a sua influencia; quer directamente, como nos caso do germanisado Anthero, quer indirectamente, como no caso, por exemplo de Junqueiro, cuja influencia em Hugo, se prende, por detrás, d'este com as influencias germanicas que geraram todo o romantismo francez e áquelle portanto.

Mas a metaphysica do nosso romantismo cresce e abre, até chegar a Pascoaes. Aqui attingimos a plena consciencia nacional literaria; ora qual é o poeta que mais se assemelha a Pascoaes? O allemão Novalis. Ha phrases que podiam se r de qual,uer dos poetas. A semelhança entre o romantismo allemão e a nossa melhor poesia recente é das mais flagrantes. Ella confirma aquillo que já disse: que o fundo do character é parecidissimo em ambas as raças.

Por ultimo, vejamos qual a mentalidade que nos convém para influencia. Já vimos qual a nossa semelhança com os allemães. Quanto mais nos tornarmos identicos ao povo allemão, mais seguiremos na chamada "senda do progresso".

Precisamos crear uma adaptação ao pensamento germanico.

NOVA MINERVA! Mãe solemne e augusta do pensamento e da disciplina, grande imperio construido a sangue e fogo, glorioso de dureza e de impassibilidade! Fosse avictoria possível, e pudesse a mão germanica esmagar estes restos decadentes de uma latinidade imbecil, para alguma coisa aprendesse a ressurgir e a viver

Fig. 11. BNP/E3, 135-22.

55 H - 82

Resposta ao apelo de J. de Barros:

Quanto mais aprofundarmos o assumpto, maiores apparecerão as semelhanças, mais claras as razões para que a nossa approximação espiritual seja com a Allemanha, e não com os alliados.

Reportemo-nos ao papel civilizacional dos dois paizes. Já vimos que esse papel envolveu, em ambos os casos, uma idêntica inversão ~~inversão~~ do caracter nacional, em ambos os casos um conceito methodico e organizado da obra civilizacional. Outras, flagrantes, semelhanças existem.

Para o Portugal presente, opprimido e esbatido, como para a Allemanha humilhada do principio do seculo passado, o que existe que os levante é uma tradição de imperio, e, em ambos os casos, uma tradição inteiramente quebrada e en-vilecida. Em ambos os casos se dá um phenomeno curioso, evocador d'essa tradição atravez d'um curioso sentimento de mysticismo nacional. No caso da Allemanha é a lenda de Frederico Barbarossa, morto em viagem para o *Ocidente*, e que espera o dia em que, voltando, ha-de restituir a sua Patria o imperio e a grandeza. (Q. Rückert) Assim, entre nós, da nossa grandeza ida, do nosso imperio morto, ficou a lenda mystica e nacional, de D. Sebastião, o qual tambem, para além de nós, espera a hora em que regresse para nos restituir a nossa grandeza. Ambas as lendas - bem sei - integram-se, segundo o delirio analogico de certos estudiosos magros d'estes assumptos, na lenda antiquissima do Rey Arthur. Mas isso é a apparencia illusoria. O facto essencial é que, no caso da Allemanha, como no de Portugal, ha bases concretas nacionaes para a lenda surgisse. Barbarossa e D. Sebastião - a semelhança mystica e nacional das duas figuras é de ordem a fazer pensar, sobretudo quando ella se sobrepõe ás outras semelhanças essenciaes, que já vimos, entre os caracteres basicos das duas nações.

A mais nitida obra civilizacional allemã do passado foi a Reforma. Se virmos em que condições nacionaes essa obra se deu, não será difficil vêr que ellas se approximam, flagrantemente, d'aquellas em que se deram as descobertas, salvo a superior orientação methodica e scientifica d'estas, analogas já não á obra allemã na Reforma, mas ao desenvolvimento organizado do actual Imperio Germanico. Mas ahí ha um factor que tudo explica - a nitida individualidade do nosso paiz, individualidade nitida, que não existia nos dispersos estados da Allemanha quando Lutheru surgiu. - Aquella semelhança, porém, a que vamos allaudir é a da confusão civilizacional em que as duas obras se realisaram. Portugal, se bem que nacionalidade nitida, era nacionalidade emergente; tanto assim que foi facil, logo que entrou em decadencia, ligal-o á Hespanha. Semelhantemente, na Allemanha da Reforma, a acção allemã é nitida, mas a cohesão nacional confusa. Mas, nos dois casos, a obra civilizacional realisada ficou como tradição espiritual, como base para a construcção da nacionalidade futura.



Fig. 12. BNP/E3, 55H-82.

5. Teixeira de Pascoaes

Da Guerra

A Águia, n.º 44, Agosto de 1915, pp. 57-61.

Recebi do sr. Mario Salgueiro um inquerito ácerca da criação d'uma *Liga* a favor dos aliados, a qual affirmasse tambem as simpatias que á causa da Civilização latina dedicam os intellectuaes portugueses. Este inquerito foi provocado por um artigo de João de Barros, a quem se deve a iniciativa de tão patriótico movimento.

N'um jornal de Lisboa, *O Mundo*, já apareceram varias respostas concordantes, denunciando todas o mesmo apaixonado amôr á causa dos aliados, que é tambem a nossa causa, mas de cuja pratica defeza miseravelmente abdicamos.

Se a espingarda nos pésa, manejemos a penna, que é mais leve, embora seja um pouco ridiculo tentar fazer com tinta aquilo de que só é capaz a melinite... Disse Filipe da Macedonia, em outros tempos (belos tempos!) que temia mais o verbo de Demosthenes que os exercitos de Darius. Mas creio bem que Guilherme II não é da mesma opinião. Ainda assim, não se junte ao silencio das nossas espingardas o silencio das nossas almas. Falemos, apesar de tudo! Falando, não mentiremos á nossa Raça... É preferivel inundar a atmosfera de palavras, farrapos de alma voando, a enodoá-la com fumo negro de carvão. Os Deuses devem estar comnôscos...

Falarei, portanto. Responderei aqui, na *Águia*, ao aludido inquerito. Quem possui casa propria não anda pela dos vizinhos. De resto, o homem só é sincero debaixo das suas têlhas; e eu não gosto de tomar esta atitude constrangida que a etiqueta nos impõe deante de estranhos. E ainda por outro motivo responderei na *Águia*. É que os depoentes do jornal, *O Mundo*, aparecem sob o titulo de *Intellectuaes portugueses*. Ora, eu não sou intelectual, nem cousa que o pareça. Não passo d'um provinciano macambuzio, com táras agoirentas de môcho, que canta melancolias remotas quando a sombra o embebeda: uma especie de *João Moleiro Maluco* soletrando etéreos disparates nas estrelas...

Não sou, nem quero ser intelectual. Por isso, me refugio nas paginas familiares da *Águia*, para d'aqui responder livremente ao inquerito do sr. Mario Salgueiro, agradecendo-lhe a importancia que ligou á minha obscura pessoa, – tão obscura que nem sequer pertence á junta de parochia da sua freguezia!

Depois d'estas ligeiras, necessarias e justas observações, entremos, enfim, no assunto.

Principiarei por dizer que já n'esta Revista (n.º 36) apareceram palavras minhas em defeza dos aliados, isto é, da Raça latina, da Civilização greco-judaica firmada no culto enternecido da Beleza e da Justiça, n'um sentimento de

humanitarismo e destino evangelico que é o motivo transcendente da nossa inadaptação á vida pratica.

Sobre todos os povos estrangeiros, eu amo a Inglaterra, a França, a Russia e a Italia; porque fôram os creadores das mais altas individualidades que apareceram, no mundo, depois do grande periodo classico. Uma raça vale pelo seu poder de sobrehumanidade ou de criação espiritual e nunca pelo numero das emprezas industriaes. Galileu, vendo no oscilar das lampadas da cathedral de Pisa, o movimento da terra, será eternamente ao sr. Thyssen fundando a fabrica de Mulheim-sur-Rhur – a grande Companhia Rhenana-westephaliana das Aguas, a famosa fabrica metalurgica Deutscher Kaiser, em Hamborn, os portos de Alsum e Swelgern, etc., etc.!!!

Prefiro Lavoisier creando, *desinteressadamente*, uma sciencia nova, a todos os chimicos da Allemanha que investigam, nos seus laboratorios, o processo mais eficaz de matar, fazendo da Sciencia o que os Inquisidores fizeram da lei de Christo.

Prefiro S. Francisco d’Assis a Luthero, e Shakespeare, Balzac, Dante, Tolstoi e Byron, a todos os romancistas, poetas e dramaturgos allemães; e, por isso, eu prefiro a França, a Inglaterra, a Italia e a Russia á Allemanha.

Eu amo estes Povos, porque os seus homens de pensamento e sentimento são os mais extraordinarios que têm aparecido á luz do sol, para suprêmo esplendor do astro-rei! Sim: eu prefiro as Raças que, atravez da sua loucura, da sua inadaptação á vida real, encarnam, em dados momentos, n’estas Almas (com letra grande) que nos assombram e arrebatam, e nos fazem duvidar da estúpida inferioridade que o Cosmos parece ter trazido do ventre que o concebeu.

Eu amo estes Povos enfraquecidos d’uma doença sublime, cégos d’um relampago misterioso, ferindo-se de encontro ás brutas realidades do presente. Dir-se-ha que a Natureza os maltrata e repele como filhos superiores á suas entranhas!

Eu amo estes Povos dolorosos e discordantes da Terra, porque eu pertenço a um d’eles, e sinto, ai de mim! no intimo da alma, a angustia tremenda que os aflige, quando os acorda do seu delirio extra-terreno a perfidia calculada, a scientifica rapina em som de guerra, d’um aventureiro Brutamontes, cujo sonho é engordar!

Eu tambem sinto a dôr da alma escrava da Materia, este orgulho transcendente e offendido do espirito incapaz de vencer, caindo sob o pêso de quatro patas!

Sim, eu soffro o vosso orgulho crucificado, velhos Philosophos da Grecia, que passeastes, no tumulto victorioso e estúpido de Roma, toda a tragedia da vossa Patria submettida!

E invoco Paris com Victor Hugo dentro dos seus muros sagrados, e os Prussianos sob o Arco do Triumpho! E invoco Jesus Christo entregue pelos seus á soldadesca estrangeira e dominadora, e a sua altiva magua silenciosa ante o governador romano! E Camões vendo, atravez da sombra da morte, Filipe de

Hespanha a caminho de Lisboa! E Mickiewicz suando sangue sob o pêso da Polónia morta! E Maragall convertendo as lagrimas da sua Patria n'um canto imorredoiro! E a Belgica incendiada e trucidada, á falsa fé, na hora em que ela, pelo genio de Maeterlinck, creava o *Thesouro dos Humildes*, riqueza espiritual onde scintilam todas as perolas extraidas do tenebroso pelago da vida!

Ah! a terrivel e sublime fraqueza dos grandes Povos esquecidos da sua contingente condição! E como este esquecimento, de natureza divina, os entrega nas garras do Demonio! Eis a ironia que sorri sobre o sangue derramado nos campos de batalha, como nas aguas da Origem o espirito de Deus...

Eu amo apaixonadamente aqueles Povos victimas do seu desequilibrio superior, imprevidentes no seu sonho de Beleza e Redempção! Por isso, eu amo a Belgica, a França, a Inglaterra d'hoje, idealista e descuidada, quasi latina.

Quem não hade amar os Povos Quixotescos, nossos irmãos na loucura? E quem não hade odiar esse tremendo Sancho musculoso, todo amassado em fria argila racional, cujo constante pensamento é alargar a sua Barataria?

Quem não hade amar estes grandes Povos e a sua propria Fraqueza, o seu poder de sobrehumanidade que, perante o perigo inesperado, se transmuda, de repente, no mais invencivel heroismo? São Povos divinos. Oram prodigios. A victoria do Marne foi um milagre. O milagre do Marne, dizem os Francezes. E o grande, o definitivo Milagre será feito...

Todos os Portugueses amariam a causa dos Alliados, se a superstição politica não obscurecesse o nosso espirito.

O grande erro é não atingirmos a vida patriotica. Não vêmos as Patrias, porque a nossa miopia só nos permite ver as formas de governo. Se eu sou republicano, defendo a França. Porque amo a França? Não. Porque amo a Republica. Se eu sou monarchico, defendo a Allemanha. Porque amo a Allemanha? Não. Porque amo a Monarchia.

Ora, nós deveriamos considerar a França para além das suas formas de governo, como sendo uma Patria, uma Alma, um Sêr, onde nós, latinos, encontramos a nossa presença mundial, enriquecida de grandes virtudes: heroismo, genio creador, sonho de redempção. Devemos vêr na França aquele nosso irmão superior que tanta vida espiritual tem dado á estupidez do mundo! Devemos ver na França o seu espirito irradiante, onde a alma latina se abraza em estrela orientadora, mensageira d'um novo Dia. E devemos tambem vêr na França a garantia da perpetuidade da nossa Patria e o nucleo dos Povos latinos que, sem ele, não poderiam viver. Se todos vissemos a França á luz d'este criterio verdadeiro, não haveria um só Português que a não amasse e defendesse.

Mas, ai de nós! nem Portugal sabemos amar, como havemos de amar a França?!

O Português ou ama a Republica ou a Monarchia. Se é republicano é francofilo; se é monarchico, é germanófilo, com algumas honrosas excepções.

Falando eu sobre a guerra, no meio de algumas pessoas de certa ilustração, alguém me disse á queima-roupa: “o sr. defende de tal maneira os aliados, que heide vê-lo votar com o Afonso Costa”.

O português é profunda e lastimavelmente partidarista. Trocou os *Lusíadas* e a *Bíblia* pelo *Século* e pela *Carta*...

Não ha portugueses. Ha politicos. Vale mais para nós o predomínio do nosso partido do que a honra e a independencia da Patria. Se a victoria da Allemanha assegurasse as instituições republicanas, não haveria um republicano que fôsse francofilo. Se a victoria da França restaurasse a Monarchia, entre os monarchicos não haveria um germanofilo. Não ha portugueses. Ha politicos. A nossa terra é um scenario de acaso, onde se representam egoismos, falcatruas, miserias...

Portugal deixou de viver, porque deixou de ser amado e compreendido. Não é mais que um pobre creado que só tratamos bem quando nos serve... Portugal não existe; existem partidos. Uma corôa real e um barrete frigio, vêde a pobre constelação de farrapos, em volta da qual gravitam as nossas almas (?)...

Toda a miseria moral em que vivemos, explica a nossa atitude perante a guerra, – atitude de phantasma trapaceiro.

É no meio d’este quadro desolador, que João de Barros aparece com a ideia generosa da criação d’uma *Liga* a favor dos aliados. Concordo plenamente com esse gesto inutil e simpatico. E quem sabe? Talvez deixasse de ser inutil, se toda a propaganda da *Liga* fosse feita no sentido de dar a compreensão da Patria portuguesa e da francesa e do logar que esta ocupa no mundo. Seria util explicar quem é Portugal e quem é a França, definir as relações que devem unir os dois Povos latinos e mesmo todos os Povos latinos; isto é, revelar o ideal português, e, além d’ele, o ideal latino que, pairando alto, sem prejudicar a personalidade das Patrias irmãs, lhes desse uma unidade superior e forte.

Do contrario, mais cedo ou mais tarde, teremos um mundo prussiano. A Europa morreria soba as garras aduncas e as azas negras da Kultur.

Façamos, usando de todos os meios possiveis, uma intensa propaganda n’este sentido, a vêr se aparecem portugueses que saibam amar Portugal e a França, o grande Povo imortal em Danton e Joanna d’Arc; dois Entes que devem viver casados, porque se completam, representando o primeiro a consagração do individuo, da liberdade individual, e representando o segundo a consagração religiosa da Patria e da sua independencia. Da harmonia entre estas duas fontes de que dimana a França a ctual, dependerá a sua victoria e grandeza futura. É ela a propria alma da *Union Sacrée* que a sustenta deante d’um inimigo pavoroso.

Julho de 1915

Bibliografia

- BAPTISTA, Jacinto (1985) (coord.). *Jaime Cortesão, Raul Proença: catálogo da exposição comemorativa do primeiro centenário (1884-1984)*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- DANTAS, Júlio (1915). “O gás asfixiante”, in *Ilustração Portuguesa*, n.º 482, Lisboa, 17 de Maio, p. 609.
- LIND, Georg Rudolf (1981). “Fernando Pessoa perante a Primeira Guerra Mundial”, in *Estudos sobre Fernando Pessoa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 425-458 [o artigo foi publicado pela primeira vez em 1972 na revista *Ocidente*, Lisboa, vol. 82].
- LOPES, Teresa Rita (coord.). *Pessoa Inédito*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MENESES, Filipe Ribeiro de (2000). *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em Guerra*. Lisboa: Edições Cosmos.
- PASCOAES, Teixeira de (1914). “Portugal e a guerra e a orientação das novas gerações”, in *A Águia*, n.º 36, Porto, Dezembro, pp. 161-168.
- ____ (1916). “A Guerra”, in *A Águia*, n.º 52-53-54, Porto, Abril-Maio-Junho, pp. 109-111.
- PESSOA, Fernando (2014). *Álvaro de Campos – Obra Completa*. Edição de Jerónimo Pizarro e Antonio Cardiello; colaboração de Jorge Uribe e Filipa Freitas. Lisboa, Tinta da China.
- ____ (2011). *Crónicas da Vida que Passa*. Edição de Pedro Sepúlveda; revisão filológica de Jerónimo Pizarro. Lisboa: Ática.
- ____ (2010). *Carta a um Herói Estúpido*. Edição de Jerónimo Pizarro. Lisboa: Ática.
- ____ (2009). *Sensacionismo e Outros Ismos*. Edição de Jerónimo Pizarro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Edição Crítica de Fernando Pessoa, Série Maior, Vol. X.
- ____ (2002). *Obras de António Mora*. Edição de Luís Filipe Teixeira Bragança. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Edição Crítica de Fernando Pessoa, Série Maior, Vol. VI.
- ____ (1994). *Poemas Completos de Alberto Caeiro*. Edição de Teresa Sobral Cunha. Lisboa: Presença.
- ____ (1980). *Ultimatum e Páginas de Sociologia Política*. Organização de Joel Serrão. Lisboa: Ática.
- ____ (1979). *Da República*. Organização de Joel Serrão. Lisboa: Ática.
- ____ (1929). “Tomámos a vila depois de um intenso bombardeamento”, in *Notícias Ilustrado*, n.º 57, Lisboa, 14 de Julho, p. 18.
- ____ (1926). “O Menino de Sua Mãe”, in *Contemporânea*, 3.ª Série, n.º 1, Lisboa, Maio, p. 47.
- ____ (1915). “O Preconceito da Ordem”, in *Eh Real!*, n.º 1, Lisboa, 13 de Maio, pp. 7-9.
- PIZARRO, Jerónimo (2006). “A representação da Alemanha na obra de Fernando Pessoa”, in *Românica*, n.º 15, Lisboa, pp. 95-108.
- PROENÇA, Raul (1916). “Unidos pela Pátria!”, in *A Águia*, n.º 52-53-54, Porto, Abril-Maio-Junho, pp. 119-126.
- ROSAS, Fernando; ROLLO, Fernanda (2009). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China.
- SÉRGIO, António (1987). *Correspondência para Raul Proença*, Lisboa: Dom Quixote.
- ____ (1915). “A Opinião Americana Perante a Guerra”, in *A Águia*, n.º 37, Porto, Janeiro, pp. 46-48.